

Projecto de Reconversão:
“Arquitectura Contemporânea face ao Espaço Rural”

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade
de Arquitectura da Universidade do Porto, em Arquitectura,
realizada por
Paulo Miguel Teixeira de Morais,
com orientação do Prof. Arquitecto Adalberto Dias

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Porto, Junho de 2014

ao meu avô,
com o qual gostava de ter tido a oportunidade
de também partilhar este momento

Agradecimentos

Ao Professor Adalberto Dias, tanto pelo papel enquanto Professor como Arquitecto, mostrando (por vezes) o caminho difícil, mas sempre o mais correcto.

Ao meu Avô pelo apoio e ajuda, tanto nas decisões práticas de rumo a tomar como nas mais difíceis de foro pessoal e intelectual.

À minha Avó e Mãe por toda a força e carinho que são capazes de me dar mesmo quando penso que já não é possível que exista mais.

Ao meu Irmão por se comportar muitas vezes como um pai, sendo rígido e preciso nos sábios conselhos que sempre me deu e sem os quais não seria o que sou hoje.

Ao meu tio Nuno o qual se foi tornando uma referência e exemplo (de peso) neste tramo, académico, já percorrido.

Ao meu pai, à Elsa e às minhas irmãs pela companhia ao fim dos dias de trabalho e pelo apoio nos momentos de desespero que qualquer pessoa passa ao longo do curso e da realização deste trabalho.

À Maria, pelo apoio dado nos maus momentos e pelas alegrias ao celebrar os bons; por todo o carinho; por todos os conselhos; por toda a companhia e acima de tudo pela nova vida (...)

À Joana Silva, claro, porque não poderia descrever a minha passagem pela Faculdade de Arquitectura sem que surgisse este nome infinitas vezes, seja nos momentos de trabalho, seja nos momentos de descanso.

Aos amigos (à Teresa Almeida, ao Carlos Trancoso, à Sofia Soares, ao Gonçalo, à Leonor) que fui fazendo, e espero manter, pela sabedoria, pela companhia, pelas conversas que fazem de mim a pessoa que sou hoje.

Ao Luís e à Carmen pelo carinho e apoio numa etapa de transição.

Ao atelier DG Arquitectura, o qual me recebeu e acolheu, nos últimos meses como mais um desta “família” já há tantos anos formada.

Ao professor Gonçalo Furtado pelas conversas e ideias iniciais daquilo que foi o começo deste trabalho desenvolvido.

A presente dissertação foi redigida ao abrigo da antiga ortografia.

As citações apresentadas no corpo de texto encontram-se, na sua maioria, no idioma de escrita e, quando necessário, traduzidas livremente pelo autor, estando devidamente referenciado.

As imagens apresentadas foram modificadas, respeitosamente, pelo autor, seja por pequenos ajustes de tons, formatos, ou cores, de forma a ajustá-las à apresentação adequada do trabalho.

RESUMO

Na presente dissertação é apresentado um projecto concreto, com vista à reconversão de uma propriedade rural para residência em tempo de férias, de uma família constituída por três núcleos familiares autónomos, abrangendo três gerações.

O espaço de intervenção é constituído por uma propriedade de vocação horto-frutícola, com cerca de meio hectare, situada em Mourisca do Vouga, numa zona marginal de interface entre o espaço urbano e o rural, pertencente há algumas gerações a esta família, nele se incluindo, para além das zonas horto-frutícola e arbóreo-florestal, a casa de residência e as restantes dependências de apoio à actividade agrícola.

O projecto foi elaborado em conformidade com um detalhado programa, previamente concebido face às funcionalidades requeridas, compreendendo, para além das existentes, novas estruturas (habitacionais e lúdicas), onde se assume a nova contemporaneidade. Na recuperação dos volumes actualmente existentes (referencial identitário desta família) foi preservada a leitura interna dos espaços, renovando-se a sua leitura externa em função da opção global. A unidade/identidade do todo arquitectónico, onde os actuais volumes (em particular os mais emblemáticos) se relevam, é preservada pelo recurso a soluções miméticas de integração dos novos espaços e pela marcação do ritmo dos vãos; o espaço interior e exterior de socialização é diversificado, respeitando-se as opções de recolhimento individual pela demarcação intransigente dos espaços íntimos. A fruição do ambiente paisagístico interno e externo é preservada, nas vertentes em que o habitacional confronta o rural; em contrapartida, no confronto do núcleo habitacional com o espaço urbano adjacente, a privacidade é acrescentada, sem prejuízo (ou melhor, com o benefício) da harmonia com o espaço adjacentes. Esta preocupação

com o possível impacte, na envolvente, da intervenção proposta manifesta-se, ainda, na manutenção da altura e natureza do material do muro de delimitação da propriedade e do perfil dos volumes proeminentes.

Subjacente, na presente dissertação, está implícito o confronto entre o projecto de arquitectura e a teoria, na procura de indicadores de “desenho de concepção do espaço”, integrados na arquitectura contemporânea face ao espaço rural (numa perspectiva de “habitação alternativa temporária”). Os considerandos teóricos mais relevantes, que estão na base da referida procura e na génese do projecto, são baseados numa revisão objectiva do *“state of the art”*, e contemplam o enquadramento teórico que visa englobar por um lado, conceitos de habitar, com particular destaque para a parte social que lhe é inerente - isto é, as interacções do agregado coabitante - e, por outro, a relação criador/usuário - numa fase prévia de criação do projecto - através da qual se viabiliza a “simbiose” dos respectivos termos. Neste contexto é conferida ênfase particular aos textos e reflexões significativos do século XX em diante, compreendendo nomeadamente os movimento “moderno” e “pós-moderno”.

ABSTRACT

This dissertation presents a concrete project for the conversion of a rural property into a residence for leisure time, for a family consisting of three cores from three different generations.

The intervening space is a property with an agricultural vocation (fruit and vegetable), with about an acre, situated in Mourisca do Vouga, in a marginal interface area between urban and rural, and that has been belonging to this family for some generations. It includes, besides fruit trees and vegetables, a forest area, the residence house and other outbuildings to support agricultural activity.

The project was elaborated in accordance to a detailed plan, previously conceived in order to consider the required functionality, comprising new structures (residential and recreational) in addition to the existing ones, which favour a contemporary aesthetic. The renovation of existing houses (a referential identity of the family) preserved the internal reading spaces, but renewed the external reading considering a global aesthetic choice. The unity / identity of the architectural overall, where current volumes (in particular the most emblematic) are highlighted, is preserved by the use of mimetic solutions for the integration of new spaces and by the formation of the openings rhythm; the interior and exterior space of socialization are diverse, respecting the option for individual reclusion by an unambiguous demarcation of intimate spaces. The enjoyment of the internal and external landscaped environment is preserved, in areas where the housing structure faces the rural; however, in the encounter of the housing core with the adjacent urban space, privacy is enhanced, without prejudice (or better, with benefit) to the harmony with the adjacent space. This concern about the impact on the environment of the intervention proposed is also showed by the maintenance of the height and nature of the material of the wall boundaries

of the property and of the profile of outstanding volumes.

In this dissertation, the implicit confrontation between an architectural project and the theory is underlying in the search for indicators for the “space design conception”, integrated into the relation of contemporary architecture with the rural element (in a ‘temporary alternative housing’ perspective). The most relevant theoretical standpoints, which are at the foreground of the referred demand and at the genesis of this project, are based on an objective review of the “state of the art “, and include the theoretical framework that aims to encompass concepts of dwelling, with particular emphasis on its inherent social part - that is, the interactions of a cohabiting household and the relationship between creator / user through which the “symbiosis” of these terms is enabled. In this context, a particular focus is given to significant texts and reflections of the twentieth century onwards, with emphasis to the “modern” and “postmodern” movement.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I.DA TEORIA À OPÇÃO

 I.1. À PROCURA DE UM “HABITAR” ... 9

 I.1.1. Sobre a Génese do Conceito “Habitar” 12

 I.1.2. Do Espaço Existencial ao Espaço Pessoal 17

 I.1.3. Onde o Espaço Pessoal se assume como “Habitar” 20

 I.1.4. Um Habitante Singular para uma Arquitectura Singular 27

 I.1.5. O “Habitar” Contemporâneo 31

 I.1.6. Residência Alternativa: Habitação, Evasão, ou Refugio 37

 •

 I.2. A RURALIDADE CONCEBIDA 43

 I.2.1. Uma Agricultura de Vida 45

 I.2.3. Rural *vs.* Urbano 47

 I.2.4. Da Agricultura ao Refrigério 49

II. ARQUITECTURA PARA UMA HABITAÇÃO NO ESPAÇO RURAL

 II.1. O HABITAR URBANO DA CASA RURAL: 57

 UM PROJECTO PARA MOURISCA DO VOUGA

 II.1.1. Mourisca do Vouga: (contexto geográfico e cultural) 57

 II.1.2. A invasão do Exótico 63

 •

 II.2. PROJECTO PARA UMA CASA DE FÉRIAS EM CONTEXTO RURAL 67

 II.2.1. Conhecer o Programa 67

 II.2.2. Uma Estratégia, Um Desenho, Vários Princípios de Intervenção 72

 II.2.3. A Materialização da Forma 82

 II.2.4. A Fachada e a Imagem 84

 II.2.5. Princípios Construtivos 89

 II.2.6. A Criação dos Espaços 94

III. CONCLUSÕES 101

BIBLIOGRAFIA 105

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Ao longo do seu percurso, o objectivo predominante da arquitectura dita “contemporânea”, vocacionada para o espaço “habitação”, tem-se centrado nos grandes agregados urbanos, onde imperativos de ordem sócio-económica determinam, como regra, uma forte concentração da habitação, diferenciando-se, progressivamente de forma mais conspícua e invasiva, no modo de pensar e conceber o espaço rural. Em consequência deste facto, e da própria evolução idiossincrática do Homem e da sociedade em que este se insere, prefiguram-se novas necessidades a que a arquitectura contemporânea tem de responder com criatividade. É assim, que a fruição do espaço de habitar tem sido, ao longo dos séculos XX e XXI, um tema constante de discussão, da qual emerge um corpo de considerandos teóricos, mais integrado e esclarecido, na orientação da própria dinâmica do exercício da arquitectura.

Neste contexto, não é de somenos importância a compreensão da evolução dos modos de habitar e da relação entre arquitecto e cliente - como ambos se influenciam mutuamente e como o arquitecto se situa no acto de projectar.

Nesta perspectiva, uma das maiores transformações do tecido social, a que actualmente se assiste, é talvez a progressiva alteração das estruturas relacionais (familiares ou não) que coabitam um mesmo espaço. Questões de ordem diversa, onde relevam, entre muitas outras, as diferentes formas de incapacidade física, o perfil etário (com o constante aumento da esperança média de vida), ou a disponibilidade económica levam à confrontação de diversas realidades (condicionantes da apropriação adequada do espaço arquitectónico, em função de atitudes relacionais, física ou fisiologicamente impostas ou simplesmente adquiridas pelo hábito).

Por outro lado, a pressão psicológica exercida pela vida moder-

na nos grandes meios urbanos tem levado à procura de refúgio (ou libertação) em espaços de refrigério. A simplicidade das interacções sociais e a proximidade da natureza, no meio rural, origina a que algumas famílias para aqui se desloquem nos seus tempos de lazer, procurando a plena realização da sua individualidade, à margem dos constrangimentos das cidades modernas, e/ou a viabilização do exercício pleno das interacções dentro do núcleo familiar, no usufruto de uma nova realidade - a casa refúgio no espaço rural. Face a este novo paradigma levantam-se problemas exógenos quanto à forma de integrar novas construções contemporâneas no espaço rural e, a outro nível, questões endógenas quanto à ética intrínseca no processo de conceber e projectar a “casa”.

Surgiu, assim, uma renovada sensibilidade em relação a questões como a resposta da casa às necessidades e exigências de quem a habita, ou a questões como o impacte (e continuada influência), na vida quotidiana de cada indivíduo, ou do desenvolvimento tecnológico (que, consecutivamente, tem vindo a modelar o modo de fruir o espaço de estar, na medida do efeito do seu enquadramento - apenas aparentemente passivo - no estado de espírito em cada momento) e do seu reflexo no comportamento a nível de relações familiares. Assim sendo, é papel do arquitecto, hoje em dia, estar ciente desta realidade, de forma a harmonizar estas premissas, no âmbito dos seus projectos habitacionais, percebendo a sua influência enquanto condicionador de comportamentos sociais, assumindo-se, deste modo, como causa e efeito do produto da sua actividade.

Para o entendimento destas diferentes condicionantes, que se assumem como base do projecto arquitectónico, é necessário definir a dimensão no espaço e no tempo em que as mesmas se enquadram, na medida da sua relevância relativa. Assim, para efeito da presente

análise, baseamo-nos no período que se inicia nos anos '40' e se prolonga até aos dias de hoje, e em função do qual procedemos a uma reflexão sobre temas como o da arquitectura orgânica, da fenomenologia ou da semiótica, com vista à percepção do processo evolutivo então verificado.

•

Base teórica de confrontação

Teóricos como Bruno Zevi, Christian Norberg-Schulz, Martin Heidegger ou Gaston Bachelard contribuíram, ao longo dos anos, para um melhor entendimento das implicações individuais e sociais da arquitectura, permitindo deste modo uma evolução bem informada da forma de a conceber. O papel da filosofia, da psicologia ou da sociologia foi, assim, ganhando relevância na dialéctica da arquitectura, uma vez que para a concepção do espaço se torna essencial compreender aquele que dele se apropria, entendendo como vive, pensa ou interage (com o meio físico e social), integrado num tempo e num espaço habitacional concretos. É, portanto, essencial a percepção do enquadramento temporal relevante para a definição do suporte teórico do projecto de arquitectura – é assim que a arquitectura moderna se tornou obra e fruto do cidadão actual e que ao serviço dele se concretiza, sem que para isso esteja implícita uma subalternização da funcionalidade à estética.

Âmbito do trabalho de dissertação

É, desta forma, necessário um claro entendimento, quer da evolução dos princípios que informam as transformações no modo de projectar o espaço habitacional, quer das idiossincrasias individuais e colectivas do agregado “doméstico” para o qual esse mesmo espaço é concebido.

Face às perspectivas que atrás referimos, na elaboração da pre-

sente dissertação, para um trabalho de intervenção arquitectónica, procede-se à apresentação prévia dos considerandos teóricos com base nos quais o projecto foi elaborado. Nomeadamente, no que se refere: a) ao enquadramento teórico que visa englobar conceitos de habitar, tanto no respeitante à sua definição e fundamento como à sua evolução ao longo do tempo, incluindo a parte social que lhe está subjacente, isto é, as interacções do agregado coabitante e a relação criador/usuário - através da qual se viabiliza a “simbiose” - e; b) à apreciação crítica prévia do “histórico” da arquitectura para habitação no espaço rural, com vista à definição da integração da área global de intervenção do projecto na envolvente urbana e paisagística.

“teoria vs. prática”

Em conformidade com este suporte prévio, procedeu-se à realização de um projecto concreto, com vista à reconversão de um espaço habitacional familiar multinuclear (complementar da habitação permanente) onde a salvaguarda de uma relativa privacidade, face ao espaço público, evolui numa projecção natural do espaço residencial no espaço posterior anexo onde se define um percurso estético, em que as interfaces “público/privado” e “residencial/lúdico” se pretendem harmonizadas no respeito pelos considerandos aferidos nos pilares teóricos mais relevantes no caso vertente.

Projeto de reestruturação arquitectónica

I. DA TEORIA À OPÇÃO

I.1. À PROCURA DE UM “HABITAR”...

- Habitação ao longo da evolução do homem
- Do espaço existencial ao espaço pessoal
- Onde o espaço pessoal se torna “habitar”

Na procura da compreensão da posição do Homem - enquanto habitante - face à arquitectura, é necessária a percepção prévia das condicionantes naturais, culturais e económicas que informam e consubstanciam os limites do seu campo de opções. Na base destas condicionantes, situa-se o complexo idiossincrático dos indivíduos, o qual, forjado a partir das suas limitações congénitas e moldado na sua interacção com o ambiente físico e social, se traduz nas pulsões intrínsecas condicionadoras das suas opções. Deste modo, cada cultura desenvolve-se pela criação de um universo que, sendo identitário - e, como tal, vocacionado para a uniformização - é composto por indivíduos dotados, por sua vez, de uma identidade diferenciada - e, desta forma, vocacionado para a diversificação, apenas limitada na medida dos constrangimentos sociais (ditados pela cultura) e das suas próprias restrições.

Neste contexto, o papel do arquitecto face à habitação pode ser confrontado com duas situações diversas: numa, a relação da sua criação com o usuário é informada na base de um ideótipo, padronizado em termos sócio-culturais (por apelo à identidade social); noutra, a sua relação com o usuário é informada numa inter-relação directa com o mesmo (por apelo à identidade pessoal).

Se é verdade que, na arquitectura, corresponde ao arquitecto o papel de criador, é no seu cliente, plural (conceptual) ou individual (concreto), que reside o motivo subjacente à realização da obra, nem sempre totalmente consciente mas que não deverá ser menospreza-

“We must do all that can be done in our field to make each citizen know why it is good to live citizenlike in a city built for citizens, for a city is not a city if it is just an agglomeration for a very large “population” - a meaningless accretion of quantities with no real room for anything beyond mere survival.” - Aldo Van Eyck, “STEPS TOWARD A CONFIGURATIVE DISCIPLINE” (1962) in: OCKMAN, Joan - Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996

do, e para a apreciação do qual, o conhecimento “sobre a génese do conceito Habitar” pode constituir um relevante contributo.

O arquitecto não deve, pois, limitar-se ao mero exercício técnico da sua profissão, devendo antes assumir-se como um estudioso esclarecido e um observador atento, uma vez que o indivíduo que habita faz parte de um sistema no qual é, simultaneamente, condição e condicionante da acção “habitar”.

A relevância do espaço privado transcende o mero interesse individual, repercutindo-se no interesse da sociedade, em geral, dado o seu contributo para a inclusão social harmónica dos indivíduos que dele usufruem. Nesta perspectiva, é necessário compreender e atender às relações de transposição “do espaço existencial para o espaço pessoal”, e vice-versa, na medida da confrontação, assimilação ou, simplesmente, harmonização do íntimo com o social ou do privado com o público.

As premissas de funcionalidade do espaço arquitectónico do domicílio condicionam, por um lado, uma estética extrovertida de exposição ao espaço público, à qual se impõe uma harmonização com o interesse social, por outro lado, deverão reservar, no espaço privado, uma estética intimista, decorrente do interesse de quem o habita.

Perante um espaço que se nos propõe, e face às condicionantes da habitabilidade do mesmo, o ser humano compreende, intuitivamente, as diferenças da respectiva configuração e caracterização do espaço, podendo facilmente distinguir - através de indicadores estéticos formais - uma vivenda, de um edifício de apartamentos ou de um hotel. No entanto, isto não quer dizer que as respostas sejam afinadas por um mesmo diapasão, mas apenas que existe, na generalidade dos casos, uma determinada interdependência entre a

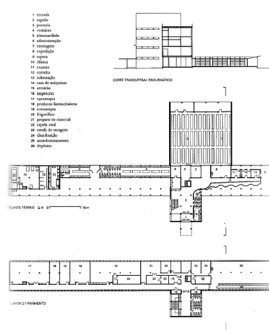
funcionalidade e os indicadores estéticos formais

Qual é, então, o papel do arquitecto perante um projecto habitacional concreto? Pelo que atrás ficou referido, não existe uma resposta única a esta questão, mas sim tantas quantos os desafios com que se terá de confrontar, assim como as diversas concepções da sua função estética, técnica e pedagógica, enquanto criador. Em consequência da complexidade da base teórica de sustentação das opções é possível detectar respostas contraditórias face a problemas idênticos.

Esta perspectiva, decorrente da indissociabilidade da formação cultural do arquitecto na sua acção criativa, assume uma maior acuidade no caso da habitação colectiva quando a mesma se destina a uma ocupação múltipla, provisória, de indivíduos cujo relacionamento apenas se estabelece posteriormente, em função dos fundamentos que justificam a ocupação da mesma.

Nestes casos a habitação adquire uma função híbrida, entre o Hotel e o Lar, cuja tónica se acentua de forma distinta sobre qualquer um destes termos, em função da situação concreta que é proposta. Quando, por exemplo, Corbousier projecta o pavilhão Suíço, em Paris, concebe o espaço como “máquina de habitar”, na qual a relação entre usuários se limita às zonas comuns de pequenas dimensões, restringindo o uso pleno das suas necessidades quotidianas a um único espaço privado - o quarto – limitando, deste modo, tanto a privacidade como a socialização dos estudantes que neste pavilhão vivem.

Este arquitecto não estava apenas a projectar um espaço, mas sim a incitar comportamentos e relações entre aqueles que o coabitam num determinado período de tempo e, neste caso, levados ao extremo. Assume-se, portanto, como transformador, não só do espaço mas também das relações pessoais que nele se possam suscitar.



Pavilhão Suíço - Le Corbusier

[<http://masaokamita.blogspot.pt/2013/02/patrimonio-moderno-parte-ii-instituto.html>]

A hipótese de que as relações entre os coabitantes influenciam, ou deveriam influenciar, a forma de conceber o espaço tem sido um tema em constante reflexão, uma vez que o conceito de “modos de habitar” tem vindo a tornar-se cada vez mais variável, seja pela diversidade dos agentes que o caracterizam, seja pela evolução da ciência e da tecnologia, ou mesmo da transformação das estruturas urbanas, que contribuiriam para a constante evolução do Habitar ao longo dos tempos modernos. O conceito de “onde um espaço se torna habitar” deverá, deste modo, ter em consideração, as necessidades individuais de cumplicidade com o meio físico (no âmbito do qual o equipamento arquitectónico tem um papel decisivo), mas também, as relações de sociabilidade – na medida das características específicas dos habitantes alvo (como actores decisivos na apropriação intrínseca do “espaço”).

I.1.1. SOBRE A GÉNESE DO CONCEITO “HABITAR”

Para o Homem primitivo, a habitação estava associada à procura de abrigo e à necessidade, a ele inerente, de sobrevivência e de protecção. O conceito de “casa” era aquele segundo o qual via assegurado o seu abrigo – bastião (assaz precário), ou limite de protecção, com base num recurso rudimentar de “emergência” que é plasmado numa configuração inicial de habitação num mundo eminentemente hostil. Trata-se, no fundo, de uma necessidade básica que, de forma mais ou menos subliminar ou mesmo inconsciente, persiste (salvo as devidas proporções) nas opções individuais de residência no mundo de hoje. *“El hombre fue, es y será animal racional. Cueva, cabaña, casa. El hombre, racional, tiene la libertad de saber*

*donde poner el acento, como habitar. Incluso la libertad de olvidarse que piensa y subrayar su animalidad y volverse a la cueva. Pero el gran instrumento de su libertad es el pensamiento. Pensar. Los nuevos modos de habitar vendrán de la mano de los nuevos modos de pensar.”*¹

Na sequência das espécies que o precederam, o *Homo Sapiens* primitivo, para além de seleccionar o seu refúgio, ou abrigo, de entre os recursos naturais que se lhe apresentam, é também capaz de construir a sua habitação (individual ou colectiva - seja palhota, palafita ou outra qualquer), com a utilização de instrumentos básicos de construção. Sendo, então, o nomadismo a regra (pela necessidade de recorrer a migrações como única forma de suprir as suas necessidades alimentares, de melhorar as condições de subsistência, ou mesmo de se eximir ao extermínio, por catástrofe natural ou por um inimigo mais poderoso), não houve uma motivação para o aperfeiçoamento da construção das habitações.

É apenas após o processo de sedentarização (verificado no neolítico há cerca de uma dúzia de milénios) que se inicia uma evolução técnica notável, com base na qual se desenvolveu a capacidade de moldar e criar espaços privados capazes de responder às exigências quotidianas, dissociando-se da ocupação provisória na paisagem.

Definindo, assim, o surgimento da casa como domicílio, esta passou a fazer parte de uma profunda e constante transformação quanto à forma de ser pensada, variável no tempo, no espaço e na cultura em que se insere e, no extremo, variável em função da família.

Este processo evolutivo, iniciado nas férteis planícies aluvionares de grandes rios, em zonas temperadas, permitindo a subsistência de uma elevada densidade populacional, levou à organização das

1 Alberto Campo Baeza in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996

populações em sociedades complexas cuja prosperidade assentou no desenvolvimento económico, sob a égide das hierarquias religiosas e/ou militares. Nestas situações, a arquitectura assume um cariz estético de funcionalidade militar ou de representatividade do divino (em associação ao político), em particular pelo desenvolvimento de elementos formais (murallas, torres, columnas, arcos, etc...) de progressiva exigência técnica.

A arquitectura da habitação, por seu lado, foi evoluindo “à sombra” deste progresso, que gradualmente se foi difundindo e enriquecendo, na senda das relações comerciais externas e como resultado do entre-cruzamento das diferentes civilizações, atingindo a sua expressão mais liberal dos nossos tempos, ao libertar-se do espírito de submissão aos ditames do poder político-religioso, de que vinha evitada, ou a preceitos convencionais profundamente arraigados.

Sucedâneo deste espírito ditatorial, remanesce, no entanto, em alguma filosofia da arquitectura da habitação, o espírito paternalista sobranceiro dos que se arrogam do direito de modelar o Homem a uma qualquer imagem do seu ideal social. É assim que, face à questão de como podemos transformar a concepção da residência actual de forma a melhorar as condições de vida de uma determinada sociedade, família ou ser humano, haja quem conclua que “*Si queremos, pues, hallar algún Modo, uno al menos, de Habitar, habremos de empezar por restaurar, no la habitación, sino al Habitante, que es como recuperar al Hombre la facultad de habitar.*”²

É neste contexto, de “restaurar o Homem”, que se inclui a primazia, dada por alguns arquitectos, na procura de valores tipológicos numa tentativa de “reposição daqueles padrões derivados dos

2 Joaquín Arnau Amo in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996

costumes e dos hábitos”³.

•

A evolução dos modos de vida tem a responsabilidade e um papel definidor na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, enquanto habitantes, seja através da residência ou, mesmo, dos equipamentos públicos que servem o espaço em que se insere. *Como podemos, deste modo, transformar a concepção da residência actual de forma a melhorar as condições de vida de uma determinada sociedade, família ou ser humano?*

Para Martín Heidegger o problema da habitação não reside na habitação em si, mas sim no habitante - no habitante moderno.

O Homem contemporâneo criou-se num mundo globalizado. A sedentarização conquistada ao longo de tantos anos vai-se pondo em causa com a evolução tecnológica que se nos apresenta. Vamo-nos tornando em apátridas, perdendo a nossa consciência de morada e tornando-nos menos conscientes daquilo a que podemos chamar de habitar imediato.

Habitar torna-se uma acção, ou quase uma obrigação, face à consciencialização da falta de enraizamento. É um processo, uma evolução psicológica do nosso ser e da busca de nós mesmos (quiçá, uma evolução ego-centrípetas, em detrimento do instinto de família, que se revelou essencial no processo evolutivo de tantas espécies que nos precederam, ou que connosco povoam actualmente o planeta). Algo que se constrói com as condicionantes que se nos deparam neste mesmo percurso, permitindo ao Homem reunir elementos ne-

3 Manuel Gausa in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996 (tradução livre do autor)

cessários ao seu modo de habitar.

“É por esta razão que o habitar leva à construção, e a construção é o processo no qual o Homem congrega coisas, objectos, e também se reúne com outros”⁴ e, deste modo, entra num ciclo de construção e agregação que lhe permite atingir o enraizamento, anteriormente referido, e iniciar um processo construtivo, no qual se relaciona e evolui com estas mesmas relações que levam à definição de pressupostos, valores, culturas.

O habitar deixa de ser apenas uma necessidade básica, indo mais para além de uma manifestação das potencialidades da técnica, constituindo-se como um reflexo das experiências pessoais do indivíduo que habita.

O desenvolvimento mental dos indivíduos é modelado, primordialmente, pela influência que o ambiente social em que se inserem actua sobre eles e é, por esse processo, que as acções ou operações do Homem se unificam em grupos coerentes, definidores e, ao mesmo tempo, consequentes da matriz cultural. Já Piaget descreve estes comportamentos como um processo de associação e acomodação - “A assimilação faz referência à acção do organismo sobre os objectos em seu redor, e a acomodação à acção oposta.”⁵ Em vez de o habitante se submeter ao ambiente que o rodeia, modifica-o de forma a conferir-lhe uma estrutura própria, definindo-se a adaptação como um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação.

Os esquemas pessoais de habitação são criados através de uma relação recíproca entre os espaços arquitectónicos existentes e das transformações que o habitante procura em caso de inadaptação ao

4 Ignasi Solà-Morales - *Diferencias. Topografía de la Arquitectura Contemporánea*. [Barcelona]: Editorial Gustavo Gili, S.A. (tradução livre do autor)

5 J. Piaget - *Psicología de la Inteligencia*. [Buenos Aires]: 1966 (tradução livre do autor)

mesmo; isto é, quando a imagem deste mesmo espaço resulta demasiado confusa ou “instável” o habitante terá de o transformar, adaptando-o às necessidades da sua actividade doméstica, e de modo a afeiçoar a percepção das configurações espaciais à própria concepção do seu espaço íntimo.

I.1.2. DO ESPAÇO EXISTENCIAL AO ESPAÇO PESSOAL

Sigfried Giedon é, talvez, um dos teóricos que mais contribuiu para o desenvolvimento e evolução do actual conceito de espaço. No seu livro “*Espacio, Tiempo y Arquitectura*”⁶ o autor coloca o problema do espaço no centro da discussão da arquitectura moderna, como uma sucessão de concepções do espaço.

Comecemos pelo espaço arquitectónico - pela mais básica e simples composição volumétrica do espaço; entendida esta base, poderemos aperceber-mo-nos da sua evolução em conceitos de espaço interior transitável, passando a ler o espaço como uma construção de limites, através da edificação das paredes e tectos que o integram; e, por último, procuremos entender a influência recíproca entre interior e exterior, pondo de parte a relação geométrica das unidades que compõem o espaço euclidiano, de forma a entender as diferenças qualitativas inerentes ao desenvolvimento e entendimento próprio da imagem que o ser humano tem do mundo - momento no qual o reconhecimento de uma imagem espacial se transpõe para o foro emocional de cada indivíduo.

O conceito espacial apenas pode ser entendido se considerarmos a relação entre o Homem e o mundo que o rodeia. Trata-se de

“Na época em que tomou posse desta terra já decidiu o plano da sua vida e mediu a terra de acordo com ele, situando o plano fundamental da sua própria existência histórica.” - Rudolf Schwartz, “The Church Incarnate e Von der Bebauung der Erde”

⁶ Sigfried Giedion - *Espacio, Tiempo y Arquitectura: el futuro de una nueva tradición*. [Barcelona]: Dossat. 1982

seu elo com a realidade e, como tal, exige-lhe a projecção do seu “ego” nesse mesmo espaço, na medida em que com ele se queira relacionar.

Ao contrário do que possa afirmar Gunther Nitschke, na sua definição de espaço perceptivo, no seu artigo “*Anatomie der gelebten Umwelt*”⁷, a arquitectura sem cliente não é arquitectura. Ao longo da sua história, o Homem, enquanto utilizador do espaço, foi um elemento onnipresente nos paradigmas da arquitectura vigente em cada época, independentemente das suas necessidades, que se mantêm em constante transformação, incentivando a uma evolução desses mesmos paradigmas, por adaptação à evolução que o acompanha. Desta forma a arquitectura não existe por si só, mas sim para responder a uma determinada exigência e objectivo, sendo que os espaços arquitectónicos estão directamente relacionados com o Homem e, na sua percepção de “lugar”, interpretados como uma dimensão da existência humana.

Não se pode, portanto, conceber o espaço sem que antes tenha havido um lento processo de formação do próprio Homem. Já Piaget demonstra que a percepção da estruturação do meio envolvente de cada indivíduo se desenvolve de forma gradual, durante a infância, por forma a ser capaz de conceber e desenvolver noções espaciais.

A evolução destas noções de lugar ou espaço é, portanto, um pré-requisito para o desenvolvimento do Homem no território em que está inserido, de forma a adquirir a capacidade de conferir ao lar a devida importância, enquanto base de adequação mental para a vida social quotidiana - o nosso ponto fulcral de todas as relações desenvolvidas com o exterior. É o lar que nos faz sentir seguros e em conforto, seja de que maneira for que essa imagem se concretize.

⁷ tradução: “Anatomia do Ambiente Vivido”

“Me pregunto si podría existir una arquitectura cotidiana y si tiene algún significado, pero hay primero que preguntarse, que es la vida cotidiana” - Georges Teyssot
in: MELGAREJO, María - Nuevos Modos de Habitar.
[Valencia]: COACV. 1996

Com o passar dos anos esse núcleo tende a multiplicar-se, criando novos pontos de referência (naquilo a que se resume a nossa área de influência quotidiana) a partir dos quais nos orientamos. De uma mesma forma, este comportamento reflecte-se no que é o nosso espaço de interacção com a casa.

O espaço pessoal, englobando os espaços e percursos quotidianos, associa-se, em particular, a uma percepção subliminar de posse territorial (a minha casa, o meu trabalho, o meu lazer, etc.), não devendo ser confundido com o espaço existencial. O espaço existencial tem um carácter mais abrangente, nele se incluindo o espaço suprajacente onde se reúnem, num lugar comum, todos os intervenientes, tangíveis e intangíveis, de uma sociedade, e só dentro desse espaço é que cada indivíduo pode encontrar o seu próprio espaço pessoal. Pode dizer-se que “espaço existencial”, sendo um conceito psicológico, forma parte da existência do Homem no ambiente que o rodeia e que tem como pontos de partida o espaço físico e a cultura.

Idealmente, o espaço existencial deveria possuir uma concretização isomorfa à do espaço arquitectónico, contudo são muitas vezes divergentes - “*El fin del habitar es morar y el proceso de construir es levantar morada*”⁸; por isso, o espaço arquitectónico manifesta-se muitas vezes dissociado do indivíduo, uma vez que se trata de uma criação de outros e que, desta forma, vai condicionar e transformar os seus esquemas e hábitos pessoais. Os valores pessoais deverão, portanto, complementar os conhecimentos científicos que presidem à estruturação do espaço, na edificação de um lugar habitável.

Sendo o espaço arquitectónico a concretização do espaço existencial público, nele se incluem diversos espaços existenciais privados - espaço privado entendido como espaço limitado, de interven-

8 Ignasi Solà-Morales - *Diferencias. Topografía de la Arquitectura Contemporánea*. [Barcelona]: Ed. G. Gili, S.A.

ção pessoal. A relatividade do espaço privado só está condicionada pelos nossos “afazeres” quotidianos, desenvolvendo a base do que é residir. “Só quando somos capazes de residir é que podemos construir, a residência é a propriedade essencial da existência humana.”⁹

I.1.3. ONDE O ESPAÇO PESSOAL SE ASSUME COMO “HABITAR”

Os projectos orientados para a ocupação residencial constituem a maior quota-parte das intervenções dos arquitectos, sendo aqueles que nos proporcionam uma maior diversidade de referências para o *modus operandi* em situações diferenciadas.

Desde o Hotel, onde a residência fortuita e impessoal constitui a regra, até à habitação própria do celibatário, onde se confronta uma única personalidade face às suas necessidades intrínsecas, existe uma vasta gradação de situações, cada vez mais ampla, em função da liberalização dos costumes.

Já no mercado de ideias de Arquitectura, de 1975, integrado no tema “A casa de Adão no Paraíso”, desenvolve-se a ideia chave de que a casa não só é um refúgio, mas também um volume que se pode interpretar como uma massa, no âmago da qual o Homem se insere, de modo a criar uma relação obrigatória de escalas, físicas e psicológicas. Há uma relação recíproca de dependência directa entre habitante e habitar, não podendo existir um sem o outro. “Um habitante é-o, quando inserido no tempo e quando inserido no espaço.”¹⁰

Trata-se, por isso, de uma relação complexa na qual as expe-

9 Martín Heidegger - Bauen Wohnen Denken. 1954 (tradução livre do autor)

10 Joaquín Arnau Amo in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996 (tradução livre do autor)

riências de vida do usufruidor, complementares de uma determinada realidade, deverão constituir a principal condicionante da organização das suas actividades, de forma a integrar-se no espaço, construindo um lar.

A residência de familiar (num conceito de família alargada) constitui um caso típico, neste contexto, ao exigir meios de adequação da habitação à envolvente ou às funções que nela se deverão concretizar de uma forma harmónica, face ao interesse individual e colectivo do agregado que habita um mesmo espaço.

Até aos dias de hoje, o espaço arquitectónico tem vindo a ser dominado por um ingénua realismo¹¹, muitas vezes confundido com o estudo arquitectónico e outras vezes com o estudo de meras geometrias tridimensionais. Seja qual for o caso, em ambos se omite a obrigatória existência humana, levando a que este mesmo espaço se torne inócuo e, como tal, supérfluo.

Ao contrário desta atitude reducionista, o espaço arquitectónico deverá constituir-se como uma parte fulcral na orientação do Homem e da sua forma de estar no mundo, de maneira a compor a totalidade deste sistema orgânico de interacção, que é a Habitação. “Assim como a aranha com a sua teia, cada indivíduo tece relações entre si e determinadas propriedades dos objectos; os numerosos fios que se entrelaçam e, finalmente, formam a base da sua própria existência.”¹² O espaço interno da casa descreve-se mediante rituais quotidianos. Esta experiência de repetições foi caracterizada, pelo filósofo Fernando Becker, como o compromisso entre o indivíduo e a sua própria exaltação orgânica.

11 Termo de Georges Teyssot in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996

12 Jakob von Uexküll in: Christian Norberg-Schulz - *Nuevos Caminos de la Arquitectura. Existencia, Espacio y Arquitectura*. [Barcelona]: Editorial Blume. 1975 (tradução livre do autor)

Para Monique Eleb¹³, “A estrutura das relações familiares e dos diferentes indivíduos de uma sociedade inscreve-se no plano das residências que se produzem.” O arquitecto tem um papel importante perante as exigências relativas aos modos de vida que se apresentam, uma vez que será da sua responsabilidade percebê-los como um conjunto de coações suplementares, sem perder de vista a importância de que a sua concepção de residência, numa determinada sociedade, estará a perpetuar ou, eventualmente, a fazer evoluir a cultura em que se insere.

Entre os diferentes motivos que se podem considerar como principais transformadores da concepção do espaço são, talvez, os mais importantes os sociais e os tecnológicos.

No plano das relações domésticas, a interacção entre os coabitantes, numa determinada cultura, tem-se mostrado cada vez mais tolerante, o que se pode conceber como causa ou efeito das transformações nas próprias estruturas familiares. Estas têm-se mostrado cada vez menos estratificadas (em detrimento das estruturas tradicionais, marcadamente hierarquizadas, que têm prevalecido ao longo dos tempos), e o autoritarismo uniformizador dos costumes vem cedendo lugar à tolerância, permitindo aos membros de um mesmo núcleo familiar o planeamento das suas próprias rotinas.

Por seu lado, a evolução tecnológica tem vindo a prestar o seu contributo, de forma não despicienda, na “revolução” da concepção e da vivência do espaço residencial, quer pelas potencialidades de modelação dos espaços, pela diversificação dos materiais e pela criação de novos equipamentos domésticos, quer pela criação de novas necessidades, tornando outras obsoletas. Tornou-se,

“(…) there is an architectural space defined by the inside-outside relationship, a space which is a tool for the architect in this social action.”

- Henri Lefebvre, “FROM THE PRODUCTION OF SPACE” (1974) in HAYS,

Michael. Ed. - Architecture Theory since 1968. [New

York] : The MIT Press. 2000

13 Monique Eleb-Vidal - Penser L'habité : le logement en questions : PAN 14 [s.l.] : Pierre Mardaga. 1990 (tradução livre do autor)

assim, necessário trabalhar a distribuição do espaço arquitectónico de modo a conceber novas formas de organizar o espaço doméstico, acompanhando a permanente evolução do modo como as pessoas nele interagem e cumprem os seus próprios rituais quotidianos. Este desiderato consuma-se através da organização dos espaços funcionais e dos percursos, em função (e ao serviço) das relações daqueles que habitam uma mesma casa, num processo de avaliação esclarecida, onde não deverá estar em causa qualquer relação de submissão ou de imposição.

Observando os costumes domésticos e sociais, bem como os ritmos de vida de cada um dos membros coabitantes, deverá ser prestada a devida atenção à sociabilidade interna do agregado, diversificando e interligando os espaços à medida das necessidades individuais e colectivas. Por outro lado, a análise da diferenciação dos espaços, proposta pelos diferentes comportamentos, pode levar à admissão de que essa variedade possa ser a principal redefinidora da funcionalidade dos espaços arquitectónicos tradicionais.

A orgânica tradicional dos diferentes espaços funcionais é, assim, posta em causa. A cozinha relegada, para grande parte da classe média das sociedades urbanas, a ser um mero espaço de serviço, perdeu o seu carácter social e lúdico, já que era neste espaço que tradicionalmente mais tempo se passava, sendo em muitas culturas (em particular nas sociedades rurais), o espaço que melhor caracterizava as relações familiares. Devido aos intensos ritmos de vida e, em particular, à redução progressiva do recurso ao servidor doméstico residente (ou mesmo eventual não residente), procura-se um regresso à tradição - este espaço deixa de ser unicamente reservado para uma única actividade obrigatória (consequente da necessidade biológica, que é o “comer”) voltando igualmente a ser entendido como

um espaço de convívio, no início e no final de cada dia de trabalho ou de estudo. Poderá inclusivamente constituir um elemento fundamental do estudo de comportamentos familiares, dado o uso quase que obrigatório deste espaço. Pelo modo como é fruído e pelo seu protagonismo na hierarquização do espaço global, permite aferir sobre as relações derivadas de uma coabitação; pela sua informalidade, assume-se como proporcionador de transformações nas estruturas familiares e de novas atitudes individuais de convivência e, desta forma, por extrapolação de comportamentos para o meio social, assume-se como motivador do aprofundamento da democratização da própria sociedade.

Cientes disto, alguns arquitectos propõem um modo de habitar, onde todos os espaços convencionais de socialização dos habitantes sejam englobados num espaço único, onde se inclui a área de cozinhar, de maneira a proporcionar um maior enriquecimento (por intensificação e diversificação) das relações interpessoais do agregado.

No entanto, na generalidade dos casos, não se trata apenas de organizar o espaço de forma a proporcionar uma boa convivência por parte dos utilizadores, mas também, e por outro lado, da procura de soluções estruturais que os libertem de uma condição de convivência obrigatória, permitindo-lhes uma “cumplicidade” com o seu espaço privado - pessoal - de forma a criar (e utilizando a expressão de Haro no PAN14¹⁴) “membros de uma família mas indivíduos autónomos”. É assim que, no caso de famílias que apresentem esta necessidade de isolamento, os espaços privados devem ter um maior protagonismo, ou mesmo ser considerados o centro da maioria das

14 Congressos Pan-Americanos de Arquitectos referenciado in: Monique Eleb-Vidal - *Penser L'habité : le logement en questions* : PAN 14 [s.l.] : Pierre Mardaga. 1990

actividades inerentes ao respectivo fruidor.

Do mesmo modo, também nas famílias em que o convívio é uma realidade, os espaços privados deverão viabilizar o desenvolvimento da individualidade do ego num maior número de actividades, sejam de trabalho ou de ócio. “A residência é um refúgio, é um instrumento e também um habitat”¹⁵ e, como tal, a estas exigências deve responder.

A diversidade de opções nos modos de fruição da casa, embora relacionada com os modos de habitar, depende claramente das dimensões da mesma. Obviamente, qualquer um de nós gostaria de ter uma casa grande, com uma sala e uma cozinha grandes, contíguas, ou quartos grandes, etc.; no entanto, em particular nos meios urbanos, onde a sobrevalorização do espaço fundiário (ditada pela pressão demográfica), a progressiva subalternização do espaço doméstico como espaço primordial de socialização (face à socialização em espaços públicos progressivamente mais diversificados para o efeito – consequência e sustentáculo da mesma), associadas aos problemas de constrição orçamental das economias domésticas, tem dado progressiva consistência à generalização dos princípios doutrinários germânicos, dos anos trinta do século passado, do *existenz-minimum* (baseados numa ideia de mínimos necessários sobre parâmetros de radiação e luz solar, ventilação, número de casas de banho, etc., para alcançar um nível mínimo de habitabilidade).

Mas é evidente que subsiste, nas opções tomadas pelos arquitectos modernos, uma clara unanimidade na concepção da habitação, no sentido de privilegiar os espaços comuns. A economia e fluidez dos espaços leva a uma concepção na qual as áreas colectivas têm

15 M.Gallego Jorreto in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996 (tradução livre do autor)

uma maior dominância, uma vez que, numa perspectiva meramente “contabilística”, se prevê um maior número de utilizadores em simultâneo ou, numa atitude eminentemente doutrinária, se atribui maior relevância aos espaços de socialização; desta forma, face aos princípios da *existenz-minimum*, aquela opção implica uma redução da quota-parte do espaço reservado para as zonas privadas, podendo cometer-se o erro de, numa tentativa do controlo completo do espaço, comprometer a intimidade individual. Contudo, as rotinas domésticas quotidianas do foro íntimo, pelo seu protagonismo na formação e realização identitária, denotam uma necessidade de valorização desses espaços, sem os confinar ao mínimo indispensável para a disposição do equipamento arquitectónico e do mobiliário específicos.

Dentro das suas possibilidades, o arquitecto tem tentado, ao longo do tempo, desenvolver um discurso universal generalizado, de modo a estabelecer uma forma de pensar e trabalhar que informe os processos de projectar. Coloca-se a si mesmo numa posição de esclarecer e fazer evoluir uma cultura com base exclusiva em ideias pré-concebidas. Muitas vezes o seu discurso é apoiado num ideário histórico que, baseado em princípios dogmáticos, explica como o processo de evolução levou a tais concretizações. Tenta, com isto, encontrar legitimidade para as suas realizações e plasmar no discurso prático objectivo o seu discurso teórico, sem que com isso, necessariamente, “faça da nova arquitectura uma contribuição valiosa ao conjunto da sociedade e da cultura.”¹⁶

Em desacordo com esta posição, é nossa convicção de que é da relação aprofundada entre cliente e arquitecto que deve nascer o

¹⁶ Ignasi Solà-Morales - *Diferencias. Topografía de la Arquitectura Contemporánea*. [Barcelona]: Editorial Gustavo Gili, S.A. (tradução livre do autor)

projecto - ser esclarecido e esclarecer - de forma a que o desenho do espaço possa traduzir com fidelidade as aspirações e as necessidades (assumidas de uma forma consciencializada) daquele para quem é concebido, sem compromisso da filosofia arquitectónica de quem o concebe, dentro das condições em que é submetido.

I.1.4. UM HABITANTE SINGULAR PARA UMA ARQUITECTURA SINGULAR

Para um discurso arquitectónico actual, trata-se portanto de compreender e satisfazer quem futuramente se apropriará do espaço habitável. De todos os modos, o arquitecto, enquanto Homem, e como tal também ele interveniente na acção de habitar, torna-se produto da sua condição. Sendo ele um caso de estudo, inserido juntamente com todos os outros na sociedade, vai condicionar a sua forma de pensar a elaboração técnica, reflectindo-se nela. Tem por isso um papel algo delicado na tentativa de se manter objectivo quanto às suas concepções de espaço e do que é a habitação. Também ele tem que evoluir e desenvolver a sua capacidade crítica, quando em confronto com um caso alheio à sua realidade. Deste modo em contraposição à afirmação de Moreno Pérez - “Encontrar, nos teus projectos, esse tipo de sítio no qual dizes que aí poderias viver.”¹⁷ - julgamos mais pertinente - Encontrar, esse tipo de sítio no qual te tenhas assegurado que aí o teu cliente pode viver.

•

¹⁷ Ver J.R. Moreno Pérez in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia]: COACV. 1996 (tradução livre do autor)

Um dos principais objectivos da arquitectura é a de criar habitação e, uma vez que não se pode considerar uma disciplina científica, a arquitectura constitui-se como um modo de apreensão (científica e filosoficamente fundamentada) e posterior desenvolvimento de teorias, que deverão ser confrontadas com as situações concretas, como testemunho da sua validade. A materialização da obra arquitectónica é produto da constante procura da funcionalidade para o uso a que está destinada - como diria Mies van der Rohe: “Só através das condições materiais se podem alcançar ‘as forças que actuam no seu interior’ e o autêntico campo de actuação que é, sem dúvida, o dos significados.”¹⁸

A relação do Homem com os espaços de habitar tem raízes existenciais inatas, que estão na origem da necessidade básica de se relacionar com o ambiente que o rodeia, de maneira a conceder-lhe ordem e sentido dentro da sua vida. É assim que ele se reflecte em objectos específicos, de forma a adaptar-se física e psicologicamente ao espaço no qual habita, influenciando e sendo influenciado pelos significados que estes vão adquirindo, num processo de *feedback* veiculado pelas sua própria identidade mental. Esta apropriação pode ser tanto cognitiva como afectiva, mas qualquer uma das duas tem como objectivo criar um equilíbrio de conforto entre o habitante e o ambiente que o rodeia. Como afirma Talcott Parsons “a acção está constituída por estruturas e processos, mediante os quais o seres humanos formam intenções significativas e levam-nas a cabo com mais ou menos êxito em situações concretas.”¹⁹

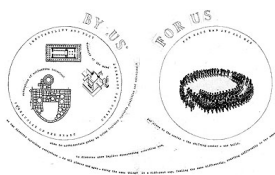
18 Mies Van der Rohe, 1953. in: Ignasi Solà-Morales - *Diferencias. Topografía de la Arquitectura Contemporánea*. [Barcelona]: Editorial Gustavo Gili, S.A. (tradução livre do autor)

19 Talcott Parsons - *Societies*, 1996 (tradução livre do autor)

A maioria destas acções visam delimitar um aspecto espacial no qual os objectos se tornam orientadores referentes a conceitos espaciais, sejam de proximidade, disposição ou localização. Deve portanto assumir-se que o espaço é um aspecto de orientação total no qual o Homem, para concretizar as suas intenções, deve apreender as relações que dentro daquele se estabelecem e conceber o seu próprio conceito do mesmo - conceitos que, não sendo abstractos, faz referência ao Homem e à sua posição no espaço, pela relação com aquilo que o rodeia, uma vez que toda a natureza se constrói a partir da interacção dos corpos que a compõem e do vazio que os engloba.

O séc. XX apresentou uma profunda transformação tanto no modo de pensar e fazer arquitectura como no modo de habitar. A revolução industrial, então, traduziu-se numa profunda alteração na arquitectura e construção e, mais tarde, após a segunda guerra mundial, em particular com o avanço da democracia, assistiu-se a uma mudança radical das exigências humanas enquanto habitantes e actores sociais.

A evolução do Movimento Moderno fez-se com alguma diversificação dos conceitos, tendo-se reflectido na arquitectura Europeia como uma divergência de formas de pensar a mesma. Os diferentes percursos a que se assiste, fruto dessa emancipação dos estilos arquitectónicos, põe em causa a unidade que o conceito de “Movimento Moderno” comporta. Manfredo Tafuri, num dos seus trabalhos sobre o realismo da arquitectura moderna, questiona todo o trabalho que neste conceito englobamos, devido aos divergentes caminhos que estes apresentam quanto à sua evolução. A diferente concepção do indivíduo e da sociedade altera a estrutura teórica, assumindo diferentes valores, que se reflectiram nas obras do século passado e que persistem relevantes na actualidade.



Otterlo Circle - de Aldo Van Eyck

[[http://incommunism.blogspot.pt/2009/06/otterlo-](http://incommunism.blogspot.pt/2009/06/otterlo-circle-by-aldo-van-eyck.html)

[circle-by-aldo-van-eyck.html](http://incommunism.blogspot.pt/2009/06/otterlo-circle-by-aldo-van-eyck.html)]

Por outro lado, a redistribuição territorial das populações trouxe e exigiu uma evolução na forma como se desenha o espaço e na rapidez de resposta de concretização do mesmo. A pré-fabricação e a resposta necessária a um maior número de problemas, num mesmo espaço e tempo, levou à criação de soluções padronizadas de enquadramento do habitante no seu espaço de habitar. A casa tipo para o cidadão tipo.

Os novos sistemas de vida e as novas estruturas familiares evidenciaram, nos anos '90, a carência de uma adaptação do espaço ao habitante a que se destina. Yves Lion alerta, na publicação *Nuevos Modos de Habitar* de María Melgarejo, para o crescente “retrocesso em relação à vanguarda arquitectónica anteriormente assistida desde o princípio do século” e, apelando à tentativa de redefinir um novo modo de habitar. “... já não é o tempo do homem genérico de 1'83 do qual fala Le Corbousier, mas sim tempo de actividades muito diversificadas. Trata-se de ver em que medida somos capazes de permitir, para a residência, a expressão de comportamentos específicos.”²⁰

É, portanto, no séc. XX que se torna evidente esta transformação na forma de pensar a arquitectura e os espaços de habitar. Em 1947, em Inglaterra, no CIAM VI, Aldo Van Eyck defende a necessidade de ter em atenção o carácter emocional na concepção do espaço; mais tarde, em 1954, Alison e Peter Smithson formulam a sua teoria de estrutura urbana, situando o indivíduo no âmago do espaço habitável; e em 1956, no CIAM X, em Dubrovnik, a crítica ao movimento moderno acentua-se, ao negar critérios canónicos apresentados até então, exigindo uma identidade própria. Este individualismo e centralização do Homem como base do tema

20 Yves Lion in: María Melgarejo (ed.) - *Nuevos modos de Habitar*. [Valencia]: COACV, 1996 (tradução livre do autor)

“Habitar” estão na base da evolução do pensamento da época, considerando não só o espaço urbano como motor de procura para as novas soluções arquitectónicas, mas também a residência devido ao ambiente de transformações existenciais a que se assistia.

I.1.5. O “HABITAR” CONTEMPORÂNEO

A arquitectura contemporânea radica, fundamentalmente, nos conceitos funcionalistas de conceber o espaço, com rejeição dos valores estilísticos neoclássicos, assim como dos estilos menores regionalistas.

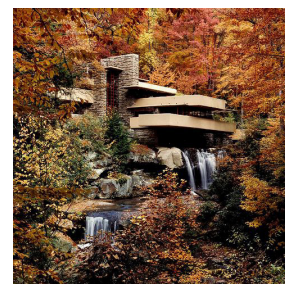
As transformações sociais, em mutação progressiva, fruto da evolução científica e da tecnológica (em estreita simbiose de *feedback*), propiciam uma rejeição dos cânones tradicionais a favor de um racionalismo pragmático, tão diversificado, no entanto, quão diversa a filosofia que o informa ou as condicionantes sócio-económicas que lhe impõe os limites. Não significa isto, no entanto, uma negação relativa à reafirmação da História e da tradição, como evidencia, por exemplo, Ernesto Nathan Rogers²¹ com o aprofundamento da relação e inserção destes valores no “Modernismo”, estabelecendo, desta forma, a noção de arquitectura como um conhecimento base na vida cultural da sociedade, procurando a dualidade entre arquitecto e habitante de forma a reflectir na arquitectura uma manifestação de continuidade histórica e social.

Com a crescente liberalização (assaz modesta) da sociedade,

21 Ernesto Nathan Rogers, 1946. “Program: Domus, the House of Man”. in: OCKMAN, Joan - Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996)

em meio urbano (onde a pressão demográfica é determinante), assumem relevância os conceitos de *existenz-minimum* que, como o nome indica, visam a salvaguarda de um espaço mínimo para a satisfação das necessidades (físicas e fisiológicas) dos indivíduos, cuja realização (psicológica e cultural), de acordo com esses mesmos conceitos, se deverá desenvolver e consolidar no “espaço social” – no seio da comunidade. Nesta situação, o arquitecto constitui-se como agente exclusivo, na definição do modo de habitar, em função das necessidades (assumidas na base de um cienticismo) de um determinado arquétipo de habitante potencial. Em contrapartida, nas zonas periféricas, de residência permanente, ou em zonas rurais de habitação eventual, os princípios democráticos (em tímida emergência) vão conferindo ao “residente”, na sua relação com a habitação e na relação desta com a paisagem física e cultural envolvente, uma posição fulcral na realização arquitectónica.

É nesta última perspectiva que, no lançamento do seu livro “*Verso un’architettura organica*”²², Bruno Zevi lança um novo tema de debate na linguagem da arquitectura italiana: a influência de Frank Lloyd Wright e dos seus novos conceitos sobre uma arquitectura integrada no espaço envolvente, em dicotomia com a paisagem em que se insere, bem como da estética brutalista (como se assiste, por exemplo, na Casa de Chá da Boa Nova, de Álvaro Siza Vieira) levam-no a uma reflexão profunda quanto à humanização e democratização da arquitectura moderna - uma retórica algo sensível uma vez contextualizada num país que acabava de sair de um regime autoritário, com profundas transformações, tanto políticas como arquitectónicas, como era a Itália fascista; desta forma, era papel da “Arquitectura Orgânica” criar um movimento emancipador quanto



Casa da Cascata - Frank Lloyd Wright

[<http://www.archdaily.com.br/br/01-53156/classicos-da-arquitetura-casa-da-cascata-frank-lloyd-wright>]

Casa de chá da Boa Nova - Álvaro Siza Vieira

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bd/Siza_BoaNovaTeaPavillion2.jpg]

22 Bruno Zevi - *Verso un’architettura organica*. [Torino] - Eudino ed. 1945

à vida político-social, de forma a pôr em causa o racionalismo programático e a rigidez academicista então prevalentes.

De uma forma menos condicionada, Gaston Bachelard²³ procurou na filosofia científica o distanciamento da apreensão empírica, de forma a conceber uma procura objectiva da realização cientificamente avalizada. Para o filósofo, este distanciamento concretiza-se através de um racionalismo descomprometido, antecipando a realização teórica em detrimento da realização, apriorística, empírica do objecto. Propõe assim a “formação do espírito científico” através do progresso analisado a partir da suas implicações internas, psicológicas: “da imagem para a forma geométrica e, depois, da forma geométrica para a forma abstracta”²⁴. Bachelard fala, portanto, não só da casa por si só mas da casa composta pelos sonhos que retomam a vida (“a casa onírica”), estando implícitas imagens que nos são familiares e necessárias a esta idealização da casa. Como diria Franz Kafka, é o sentimento da casa de cada um que nos torna num todo, inseridos no mundo em que habitamos.

Numa perspectiva extrema, e como assumido por Reyner Banham no seu artigo “*A Home is not a House*”²⁵, a casa passa a ser vista como um mero invólucro de todos os elementos que a compõem - os elementos arquitectónicos apenas assumem protagonismo na medida da sua função, como mediadores da apropriação afectiva do espaço.

Seguindo de forma clara a vertente orgânica da primeira meta-

23 Gaston Bachelard - A Poética do Espaço. [São Paulo] : Martins Fontes. 1998

24 (BACHELARD, 1996, p.10-11) A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

25 Reyner Banham, 1965. “*A Home is not a House*”. in: NESBITT, Kate. Ed. - *Theorizing a new Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. [New York] : Princeton Architectural Press. 1996

de do século XX, a obra de Alvar Aalto (1957) aprofunda esta mesma preocupação, assumindo cada uma das suas obras (onde se evidencia o gosto pelo uso da madeira - quer na concepção de espaços quer, inclusive, no próprio desenho do mobiliário) como um todo, desde a fase de projecto até à fase final de habitação, antecipando deste modo a ocupação à imagem do habitante.

No acto criativo releva-se pois, prioritariamente, a viabilização das inter-relações que configuram o acto de habitar, por forma a potenciar as relações psicológicas do habitante com o espaço/edifício no qual se insere, de forma a criar raízes e sentimentos reflexos do seu ser.

Na perspectiva de Aldo van Eyck²⁶, para podermos compreender os problemas levantados pelo “habitar”, de forma a compreender o acto de viver a casa ou criar o lar, é necessário perceber, *a priori*, a situação do ser que habita, enquanto cidadão, e a sua integração no espaço urbano. Isto mesmo é justificado na sua afirmação (onde é clara a sugestão de sistemas iterativos que Mandelbrot designou por fractais) de que “*The identity of a smaller cluster (...) is embraced and intensified in that of the larger one which grows out of it through further repetition, whilst the identity of the larger cluster is latently present in the smaller one. This, of course, points toward the meaning of unit through plurality and diversity: diversity through unity and configurative similarity...*”, concluindo, consequentemente, que “uma cidade é uma enorme casa e uma casa é uma minúscula cidade”²⁷.

Deste modo, é na perspectiva de Heidegger, da “*House of*



Maison Luis Careé - Alvar Aalto

[fotografia do autor]

26 Aldo Van Eyck. 1962. “Steps toward a Configurative Discipline”. in: OCKMAN, Joan - *Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology*. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996

27 Aldo Van Eyck. *op.cit.*

"No problem is solved if it does not once respond to utility, morals and aesthetics." - Ernesto Nathan Rogers, "PROGRAM: DOMUS, THE HOUSE OF MAN" (1946) in: OCKMAN, Joan - Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996)

"Let us all help each other to find harmony between human measure and divine proportion" - Ernesto Nathan Rogers, "PROGRAM: DOMUS, THE HOUSE OF MAN" (1946) (*idem*)

Being" (a casa do "ser" que nos relaciona com o mundo em que habitamos e a forma como a ele acedemos através de uma relação recíproca entre emissor e receptor, que se transformam continuamente entre si) que melhor se definem as correntes actuais, no âmbito das quais a fenomenologia e a semiótica assumem um papel determinante.

Para Henri Lefebvre²⁸, a introdução de mobília, artes plásticas ou mesmo de pessoas não poderia ser feita a partir de uma simples adição de elementos, "*as a collection of items*", mas sim como uma criação de forças complementares que definem os problemas levantados pela vida moderna, sejam espaciais ou psicológicos, produzindo uma correlação entre eles. A ideia de espaço é essencialmente vazia até ao momento de se conceber uma vida dentro do mesmo - a habitação. A intervenção no espaço é, desta forma, um ciclo fechado em si mesmo, restrito a esse mesmo espaço e passível de definir e decidir os níveis e formas de actuação dentro da sua área de intervenção - física ou psicologicamente falando. A sua leitura é, pois, um elemento secundário definido pelos agentes que nele actuam, de forma a criar uma significância inerente ao ser que habita - o Homem, o Cidadão.

Numa análise quanto à Fenomenologia do espaço, Christian Norberg-Schulz²⁹ conclui que a sua estrutura deve ser entendida enquanto ambiente e modos de apropriação da paisagem, de forma a chegar à definição de dois conceitos - espaço e carácter. Enquanto que espaço denota uma relação de proporções e medidas tridimensionais, o carácter refere-se à atmosfera adjacente que permite a

28 Henri Lefebvre. 1974. "*From the production of Space*". in: HAYS, Michael. Ed. - *Architecture Theory since 1968*. [New York] : The MIT Press. 2000

29 Christian Norberg-Schulz. 1976. "*The Phenomenon of Place*". in: NESBITT, Kate. Ed. - *Theorizing a new Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. [New York] : Princeton Architectural Press. 1996

apreensão subjectiva e sentimental do espaço - “*space as three-dimensional geometry, and space as a perceptual field*” - e, uma vez assumidos ambos os princípios, já se pode falar de um novo conceito de espaço habitado ou habitável. É assim que a Fenomenologia ganha o seu protagonismo, na procura de elementos lógicos que vão ao encontro da concepção mental dos objectos e do espaço, em detrimento da apreensão científica.

Nesta perspectiva, a semiótica afirma-se com uma relevância decisiva na apropriação do espaço, não só sob o ponto de vista semântico da interiorização simbólica, mas na própria sintaxe das relações entre os símbolos. Para Juhani Pallasmaa³⁰, é na linguagem dos símbolos que se dá a identificação da nossa própria existência, evidenciando os seus projectos uma atenção ao detalhe, assim como ao *design*, como forma de perceber a importância de valores na caracterização do desenho do espaço. A expressão plástica da arte não se afirma em estruturas formais (sistemas físicos de composição); ela existe e sobrevive da consciência da pessoa que a vive, na medida em que a forma afecta o nosso campo sentimental através daquilo que representa - através da carga emocional tal como é apreendida.

30 Juhani Pallasmaa. 1986. “*The Geometry of Feeling: A look at the Phenomenology of Architecture*” in: NESBITT, Kate. Ed. - *Theorizing a new Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. [New York] : Princeton Architectural Press. 1996

I.1.6. RESIDÊNCIA ALTERNATIVA: HABITAÇÃO, EVASÃO OU REFÚGIO

A residência urbana permanente, mesmo quando afeiçoada pela apropriação mental das estruturas formais, e dos espaços vazios, pelo processo psicológico de criação do “lar”, não se pode, como regra, dissociar da envolvente em que se insere, conotando-se, deste modo, com todo um complexo invasivo de solicitações, obrigações e imposições quotidianas que caracterizam a vivência citadina. Para além disso, a habitação urbana, como regra, não é “feita à medida”, mas sim adquirida no “pronto a habitar”.

É por esta razão que a habitação alternativa, eventual, assume a sua relevância, como lenitivo para as mazelas psicológicas características das grandes metrópoles, e como realização da habitação onírica “do nosso contentamento”.

Seja pela simples necessidade de retemperar a força e o ânimo, ao fim de um ano de trabalho, seja pelo apelo da fuga às invasões, de toda a espécie, a que estamos submetidos no nosso dia-a-dia na cidade, seja pela necessidade de nos revermos nas nossas origens, a habitação alternativa eventual, em espaço rural, tem vindo a ganhar um fôlego suplementar.

De alguma forma, torna-se necessário pensar sobre o incômodo para poder entender o que realmente é o conforto.

Pela própria diversidade das motivações que determinam esta opção, diversos são, pois, os condicionalismos que informam os projectos nesta área, onde um cuidado acrescido é necessário, tanto ao nível das premissas extrínsecas (habitacionais e paisagísticas) como ao nível das premissas intrínsecas (de protagonismo do habitante concreto).

Esta procura de um espaço próprio de descanso e alienação da rotina citadina está frequentemente conotada com a necessidade do contacto directo com a natureza, como recurso para um isolamento idílico - talvez pela forte pressão demográfica que se sente nos centros urbanos.

É neste contexto que se tornam pertinentes os princípios da arquitectura orgânica, ou da brutalista, que se referem à relação da arquitectura com a natureza e o modo de a materializar. A paisagem silvícola tem uma estrutura própria, a qual é necessário compreender de maneira a, sobre ela, podermos actuar de forma harmónica, no respeito e com o reconhecimento pelos espaços especialmente favorecidos que nos pode oferecer.

Camuflagem ou mimetismo, estes movimentos estão bem ilustrados em inúmeros exemplos concretos, como a Villa Henfel de Le Corbusier, em Saint-Cloud³¹, na qual a espessa folhagem proporciona uma adequada camuflagem (para além dos elementos miméticos com a natureza e com os restantes elementos caracterizadores do meio urbano) ou, *mutatis mutandi*, a recuperação, de Eduardo Souto de Moura, da ruína em Baião, a qual é assimilada pela paisagem, nela se integrando literalmente, num processo de mimetismo que, apesar de tudo não lhe retira protagonismo. Em tais condições, seja em zona silvícola ou em zona agrícola de habitat disperso, a integração da habitação na paisagem apela a um meio envolvente uniforme, traduzindo-se o discurso arquitectónico, tal como Mies Van der Rohe ao projectar a casa Farnsworth; aqui, o arquitecto define zonas contíguas que configuram um mesmo espaço, no qual não se preveem relações de coabitação, levando à omissão de limites físicos - inclusive na relação “interior/exterior” - o que também se pode

31 “La petite maison de weekend” - villa Henfel, villa Félix (em *La Celle Saint Cloud, France*)

Villa Henfel - Le Corbusier ►

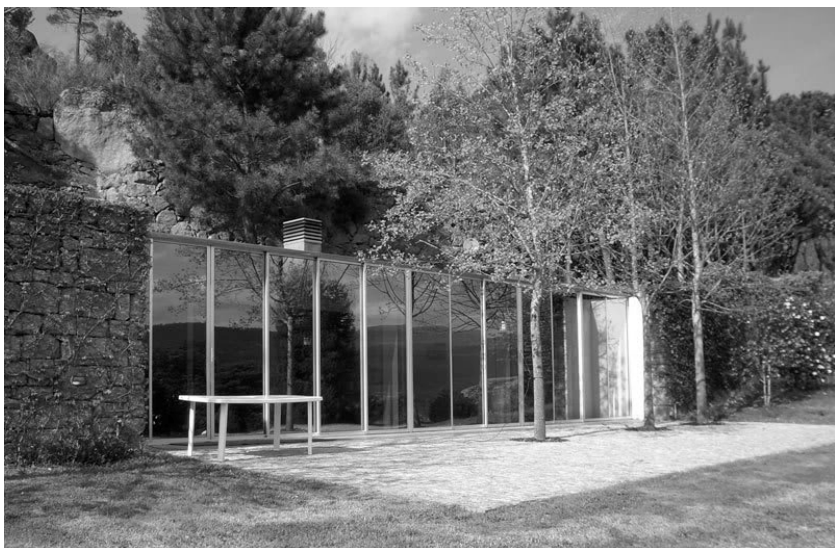
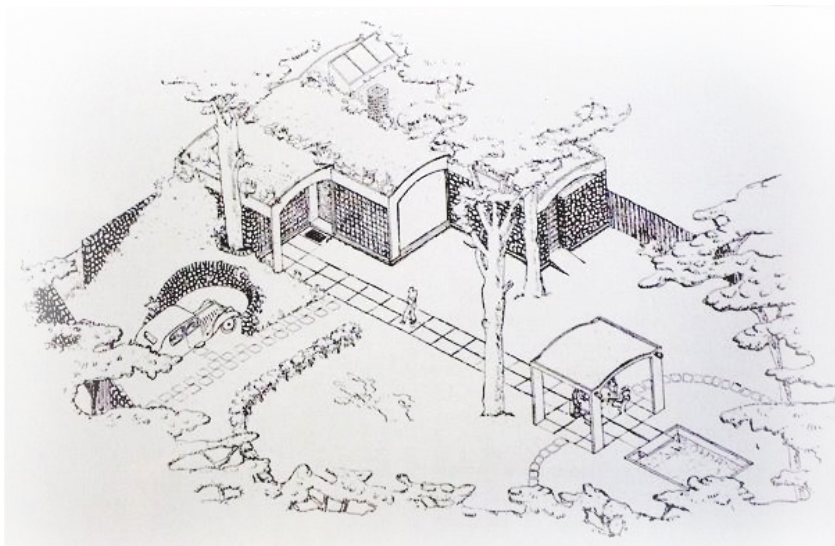
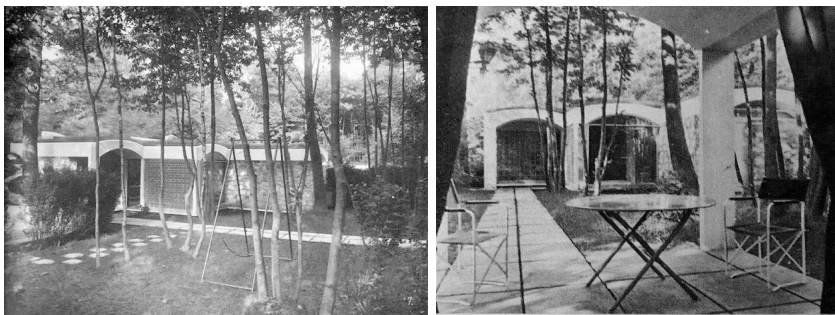
[http://talleravb.blogspot.pt/2009_07_01_archive.html] - fotografia editada pelo autor

Casa em Baião - Eduardo Souto de Moura ►

[<http://www.parqmag.com/?p=2249>] - fotografia editada pelo autor

Casa Farnsworth - Mies Van der Rohe ►

[http://arquitecturadeinterior.blogspot.pt/2010/11/replica-la-casa-farnsworth-farnsworth_19.html] - fotografia editada pelo autor



entender como a apropriação, progressiva, da casa e da envolvente. É a procura constante de integrar, continuar e ligar o interior e o exterior, simulando os limites da arquitectura nos limites orgânicos da paisagem. Quer “ao projectar desde o interior para o exterior ou desde o exterior para o interior, criam-se necessariamente tensões que contribuem para o que é fazer arquitectura.”³²

Mas a realidade da habitação eventual no espaço rural, não se concretiza, unicamente, em ambiente natural (ou, melhor dizendo – em ambiente paisagístico onde a intervenção humana se amesquina face à evidência das forças naturais ou com elas se confunde), sendo talvez mais frequente a integração em agregados populacionais de baixa densidade (como a pequena vila, a aldeia ou simplesmente o “lugar”). Nestas circunstâncias, as preocupações estéticas não se podem dissociar do colectivo público, em particular quando nele persiste uma identidade prístina, que o exótico, invasor, ainda não logrou descaracterizar.

É na interface destas duas realidades extremas que, eventualmente, surgem os desafios mais complexos que ao arquitecto se podem colocar, face à problemática da “casa de férias” em meio rural. Nesta situação, a preservação da identidade colectiva (quando esta existe) deverá manifestar-se primordialmente, na *synapsis* com a fase urbana (a assunção do colectivo), a qual apela não só aos estilos como também à organização de espaços e volumes e à natureza dos materiais. É, pois, no desenvolvimento posterior dos volumes e espaços (sem solução de continuidade) que se deverão concretizar as premissas específicas subjacentes à concretização do projecto (a assunção da personalidade); em particular pela perspectiva de inte-

32 Christian Norberg-Schulz - *Nuevos caminos de la arquitectura. Existencia, Espacio y Arquitectura*. [Barcelona] : Editorial Blume. 1975

gração na paisagem, com a tónica mais ou menos balanceada para apelo à contemplação e/ou ao protagonismo.



I.2. A RURALIDADE CONCEBIDA

“... Dónde reside entonces la fuente de descanso, concentración, contemplación, introspección y saludable sensualidad que conducen a la intimidad, la ternura, la delicia y el placer?...”¹

•

A caracterização daquilo que entendemos como ruralidade provoca um certo desconforto de sentimentos contraditórios, sejamos protagonistas ou meros observadores.

Será difícil não sentir uma certa nostalgia daqueles tempos ou daquelas férias passadas no campo, passadas na aldeia onde o ar é puro e a neblina é estranha, onde a paisagem se apodera do “abandonado” conferindo-lhe estatuto de ruína. Contudo, já não conseguimos ser alheios ao deslumbramento da evolução e à deserção do espaço rural, na procura das novas oportunidades com que os grandes centros urbanos nos acenam.

É o abandono da ruralidade de um antigo país agrícola - aquele cuja imagem, durante a ditadura Salazarista, o Secretariado da Propaganda procurou reciclar². - “...as aldeias e os campos constituem o refúgio do elemento nacional, expulso das cidades que assimilam o figurino cosmopolita. E não só o pitoresco de cada povo se vai progressivamente confinando nesta área, como nela tende a circunscrever-se a zona que domina o apego aos costumes tradicionais...”³

Mas a perda de tradições e a procura dos “modismos” exóticos,

◀ Autor desconhecido

[<http://aprocuradewalden.blogspot.pt/2013/04/rv-rural-xx-algumas-reportagens-em.html>] - fotografia editada pelo autor

1 Christopher Alexander e Serge Chermayeff cit. in: Gustau Gili Galfetti - Casas Refugio. [Barcelona]: GG. 1995

2 cf. Álvaro Domingues - Vida no Campo.[Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág.19)

3 Vera Marques Alves - Camponeses Estetas no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista da Propaganda Nacional. [Lisboa]. ISCTE Departamento de Antropologia, 2007

que em diversas frentes nos contagiam e nos fazem desejar uma nova vida estandardizada (aferida por novos padrões de um contentamento frequentemente gorado) é fruto de um novo mundo globalizado, mas que, ao mesmo tempo nos traz a nostalgia. A saudade de um tempo já reconhecido e já passado, que embora não desejemos a ele voltar não nos pode deixar indiferentes.

Este êxodo, tanto físico como psicológico, levou a uma consequente descaracterização da paisagem dos tempos idos, que nos confronta com uma ruralidade quase irreconhecível nos dias de hoje.

A reconversão de um modo de vida, a transformação de um modo de habitar.

•

A chegada da revolução industrial alterou o paradigma arquitectónico. A profusão das máquinas, do carvão, das novas indústrias, bem como a consequente mão-de-obra exigida, levaram à alteração das estruturas urbanas até então concebidas.

Os bairros operários apoderaram-se dos vazios, dos espaços verdes e agrícolas, que agora se tornaram de importância secundária. Uma dicotomia - cidade/campo ou urbano/rural - na qual a cidade, em expansão centrífuga, se “alimenta da população que agora se fixa nos novos subúrbios e periferias urbanas”⁴ e, assim, o movimento e agitação vão-se sobrepondo progressivamente à calma e serenidade dos campos, engolfando o pequeno e o tranquilo. E é nesta reinvenção do tradicional que se vai moldando a paisagem à tecnologia em progresso, numa ubíqua e conspícua exibição do artificial, dotando o rural de auto-estradas, florestas de postes eléctricos e geradores eólicos, bem como barragens ou portos que, progressivamente vão

⁴ Álvaro Domingues - Vida no Campo (O voo do arado).[Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág38)

redesenhando a paisagem - “Pouco a pouco o veloz e estridente eliminaram quase por completo o lento e sereno”⁵.

I.2.1. UMA AGRICULTURA DE VIDA

A acelerada evolução tecnológica que se tem vindo a verificar na agricultura, a par da própria evolução fundiária das estruturas agrárias (apesar de lenta e titubeante), tem vindo a moldar e a acentuar a separação e entendimento dos conceitos “Agrícola” e “Rural”. Este afastamento de ambos explica-se, respectivamente, pelo carácter económico de um e sócio-cultural do outro. Além disso (e por opção política), a actividade agrícola em Portugal tornou-se um fenómeno de resistência e perseverança quase que residual, sendo (para além das situações oportunistas de “subsídio-dependência”) em grande parte de auto-subsistência, ou auto-consumo e traduzindo-se, em muitos casos, na procura da memória do que era outrora a vida no campo. É a partir deste fenómeno que surgem “revivalismos” como as hortas urbanas ou o turismo rural.

Apenas muito recentemente se tem vindo a recuperar, no nosso país, o potencial da agricultura no seu mais pleno entendimento, e que se impõe pelo seu valor socioeconómico e se afirma na paisagem sob o ponto de vista estético.

Vemos, agora, a admiração de um tempo e época que se enaltece pouco a pouco à consideração de uma vida mais promissora (ou boémia) que vai atraindo cada vez mais admiradores - “Quando a produção agrícola é minoritária em rendimento, produto ou emprego, e os supostos rurais, tal como os urbanos, usam os mesmo refe-

5 GALFETTI, Gustau Gili - *Casas Refugio (Private Retreats)*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A. 1995

renciais culturais genéricos dos *mass media*, nem o território, nem a sociedade, nem a economia (nem a paisagem) são agrícolas ou rurais. Por defeito, são urbanas,(...)”⁶

A contínua busca da vida rural trata, precisamente, do encontro não só com as actividades simples, quotidianas - onde primam o contacto com a natureza e o contacto humano descomprometido - mas também desta aproximação a uma cultura que não é assim tão longínqua da maioria das actuais gerações urbanas e que por elas foi anteriormente assumida como um modo de vida.

O retraimento da actividade agrícola enquanto actividade económica levou a uma secundarização das áreas rurais, lamentando-se a perda de antigas tradições, que foram substituídas, pouco a pouco, pelos novos paradigmas, nova “tecno-dependência”, novas tradições, novos comportamentos, novas rotinas, etc., que são apanágio da vida urbana.

“Perdido o nexo entre a agricultura e a ruralidade, o mundo

6 Álvaro Domingues - Vida no Campo (O voo do arado).[Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág.53)



António Meneres.

[<http://arquitecturadouro.blogspot.com.es/2010/10/>

fotografo-expoe-historia-da.html]

rural transformou-se num estado de alma, ora apaziguador, ora aze-do, ora ficção, ora transfiguração. Entre utopia e realidade, o rural é a perfeita representação de uma relação de amor-ódio.”⁷

I.2.2. RURAL *vs* URBANO

O termo “Rural” é habitualmente usado como contraposição ao “Urbano”, assim como facilmente se percebe a oposição adjacente ao falar de Cidade/Campo. Cidade refere-se à centralidade (ao habitar concentrado) e ao poder económico, assim como às estruturas de maior concentração populacional, o que leva a uma maior densidade de ocupação do território; enquanto que o “campo” alude automaticamente à vastidão do território e ao habitar disperso, ou ao agregado de baixa densidade, onde primam os modos de vida descontraídos e mais harmonizados com a natureza.

Tal como com os antigos estratos burgueses, também nos dias de hoje se acode, esporadicamente, ao êxodo urbano, ainda que de forma temporária e com um intuito lúdico ou na procura de uma paz de espírito que reside na simples leitura de um livro, ao “som do silêncio” ou da natureza, ou em actividades entendidas como tradicionais, sejam estas agrícolas, cinegéticas, ou os jogos de uma anterior geração que têm lugar no centro, numa qualquer praça em frente de uma qualquer igreja. Um modo de vida “rústico”, que se vai conservando a par de um estilo económico e social, que também na arquitectura se configura com um cariz próprio e nostálgico justificando a sua continuidade e alusão nas criações arquitectónicas dos dias de hoje.

⁷ Álvaro Domingues - Vida no Campo (O voo do arado).[Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág.121)

É nos anos '50, no Inquérito da Arquitectura Portuguesa que esta opção estética, impregnada de cultura e tradição, ganha um protagonismo individual e reconhecimento colectivo, dada a importância de estabelecer um modo de conceber a casa dentro de padrões e estilos identitários regionais (tão diversos quão diversa e rica a fisionomia antropológica, geológica, orográfica e climáticas do nosso país) à margem dos do resto do mundo.

Face a esta realidade, que é corroborada (entre outros) com os estudos de arquitectos como Fernando Távora, Francisco Keil do Amaral ou Nuno Teotónio Pereira, a arquitectura popular, ou anónima, assume uma maturidade esclarecida, que se pretende eximida de abusivas contingências aleatórias, por forma a enfatizar no rural o seu carácter de cultura.

A arquitectura vernacular em Portugal manifesta-se maioritariamente nas construções domiciliárias. Sendo uma arquitectura anónima/popular trata-se de uma arquitectura despojada de *pedigrees*, fruto da formação academista urbana. A não preocupação com um estilo arquitectónico (dito culto) faz com que as exigências mínimas deste tipo de habitações leve à possibilidade de “outorgar uma maior felicidade ao habitante (...) baseada na satisfação que pode produzir a cimentação dos próprios muros”⁸.

Não se enquadra em cânones nem estilos.

É a resposta ao necessário, no seu esplendor, sem imposições estéticas desnecessárias na paisagem.

Talvez seja por este factor que se justifique o facto de ser neste tipo de arquitectura que se encontram as soluções mais bem sucedidas, de criar um espaço no qual o usuário se sinta em casa, uma vez que a resposta ao “projecto” seja uma resposta objectiva às ne-

8 GALFETTI, Gustau Gili - *Casas Refugio (Private Retreats)*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A. 1995 (pág.12)

cessidades que se apresentam. É assim que, ao falar de arquitectura vernacular, não poderemos falar apenas de condicionantes referentes à paisagem, aos materiais e às tradições, mas também dos condicionamentos históricos e culturais que se prefiguram em cada região.⁹

•

Tal como o Homem primitivo construía o seu refúgio com base nos recursos naturais de acesso imediato, por razões meramente relacionadas com a economia de esforço (e porque a própria natureza e forma dos materiais existentes poderiam sugerir novas funções), também na arquitectura vernacular, os materiais locais têm um papel relevante, mas então, também com uma carga simbólica que lhe é conferida pelos seus próprios valores culturais. - “(...) Constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá. A casa do homem do campo, comparada com o decorrer da história, é eterna, como ele próprio.”¹⁰

I.2.3. DA AGRICULTURA AO REFRIGÉRIO

A transformação que se tem vindo a referir quanto à demografia, no que concerne ao binómio “rural/urbano”, traduz-se nos dias de hoje numa continua desertificação das aldeias de Portugal, concentrando a população nos espaços urbanos, dotados de infraestruturas, tanto sociais como económicas, que providenciam resposta às actuais necessidades quotidianas.

9 cf. Lewis Mumford - *The South in Architecture*, [New York], Harcourt, Brace & Company, 1941 (pág. 32)

10 Álvaro Domingues - *Vida no Campo (O voo do arado)*. [Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág.198)

A globalização (que os, progressivamente, mais poderosos e acessíveis meios de comunicação permitem) faz esbater as diferenças e reduzir (ou mesmo anular) as especificidades regionais, afectando o próprio *modus vivendi* em meio rural, muito embora o exacerbar da interioridade (que o êxodo rural aporta) confira, ainda ao mesmo, uma imagem de serenidade propícia ao reencontro de uma vivência introspectiva - que se presume de equilíbrio do Homem consigo mesmo e com a natureza.

É, nesta perspectiva, que o acelerar do ritmo da vida na cidade, juntamente com o romantismo da vida rural (anteriormente referido) tem levado a um “regresso às origens”, na procura de momentos de descanso e de alienação à realidade a que cada cidadão se vê sujeito no seu dia a dia profissional e urbano.

Tratamos então de encontrar um espaço de refrigério, no qual o indivíduo - habitante - possa concretizar um segundo “eu”, idílico, à luz das suas necessidades de habitar o espaço, longe (quanto possível) de obrigações sociais ou económicas. Uma casa refúgio na qual se “procura possíveis materializações pessoais do ‘Paraíso na terra’”¹¹.

A dependência exclusiva da actividade agrícola de subsistência tem vindo a tornar-se cada vez mais minoritária, sendo que, o habitante urbano dificilmente a pode conceber como uma opção. Contudo, a percepção - ingénua - de uma não dependência directa da natureza, aliada à procura do “paraíso perdido” traduz-se (como parco recurso) na criação de pequenas hortas urbanas, que se apresentam como uma nova moda, mais social que económica e, no extremo, num êxodo esporádico para a horta em meio rural, da qual as gerações anteriores tentaram de alguma forma escapar.

Em última análise, o urbano e o rural não têm de se pre-

11 GALFETTI, Gustau Gili - *Casas Refugio (Private Retreats)*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A. 1995

figurar como conceitos contraditórios, devendo pelo contrário ser assumidos como termos complementares, propiciando deste modo uma forma de habitar mais criativa, sendo que a vida não tem que apenas se restringir à metrópole ou à aldeia, mas sim decorrer em ambas, de maneira a criar uma vivência mais diversificada e, como tal, enriquecedora - um habitar composto, ideal.

Partindo da base dos pressupostos que se têm vindo a apresentar ao longo do trabalho, pelos quais se procura entender a importância da arquitectura à luz do modo de vida rural e do sujeito que habita (identificado este pelas suas opções - assumidas na base dos seus próprios condicionalismos sociais e económicos, e adequadamente informadas sobre as consequentes transformações no usufruto do habitat domiciliário e na inserção deste com o habitat social) levanta-se a possibilidade de considerar um novo modo de habitar urbano no espaço rural e, desta forma, a arquitectura terá de corresponder a esta nova exigência que se antepõe.

Para o efeito, sobre a imposição arquitectónica deste “enxerto”, num meio tradicional (e tradicionalista), de novas formas vivenciais, paira a responsabilidade do arquitecto como promotor de uma inserção física, não invasiva, no tecido arquitectónico subjacente, sem prejuízo das premissas subjectivas apreendidas na avaliação dos objectivos concretos do programa que lhe é proposto.



http://panelinha.ig.com.br/site_novo/meuBlog/
 marciadaskal-692
<http://www.comunidadebancodoplaneta.com.br/>
profiles/blogs/horta-urbana-faca-a-sua
<http://sistemasregadio.wordpress.com/2011/03/02/>
hortas-na-janela/
<http://hortajardimnavaranda.wordpress.com/author/marlenemoleirinho/>



•

É deste modo que o estudo, que se apresenta ao longo deste trabalho, assenta e converge na concretização de um projecto de arquitectura, criado à imagem de um “camponês urbano moderno” (concreto), a partir do entendimento da sua posição (e do todo colectivo associado) no espaço arquitectónico privado, e da sua projecção no ambiente habitacional e paisagístico em que se insere.

II. ARQUITECTURA
PARA UMA HABITAÇÃO NO ESPAÇO RURAL

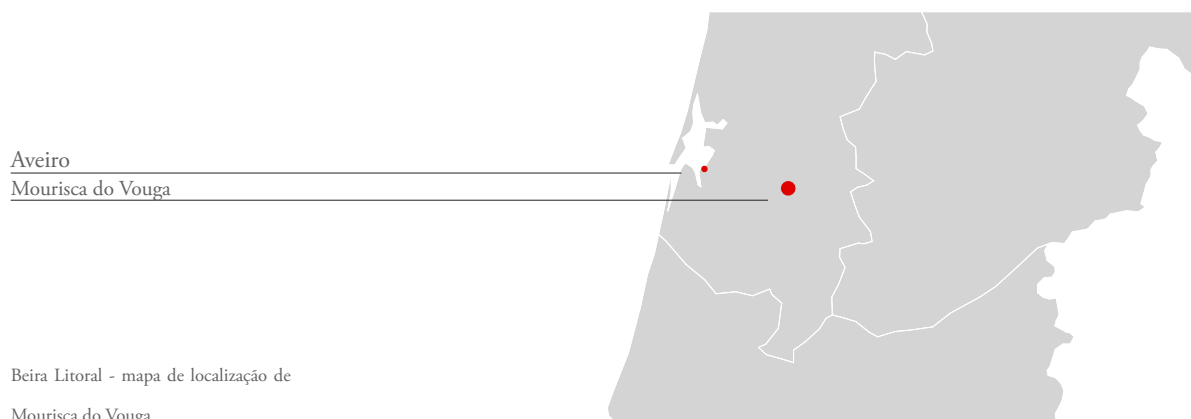
II.1. O HABITAR URBANO DA CASA RURAL: UM PROJECTO PARA MOURISCA DO VOUGA

A realização de um projecto de habitação eventual em Mourisca do Vouga surge de um pedido concreto. A sua concepção (como se espera que venha a ser a sua futura concretização em obra) é o resultado deste trabalho de reflexão, que incide na prática de projecto e em questões teóricas quanto ao modo de habitar, de forma a evidenciar uma opinião, inquietação e postura crítica/ética quanto às opções tomadas no momento de elaborar um trabalho de arquitectura, tanto no âmbito teórico como (de maior importância) no âmbito prático.

Trata-se de um trabalho que tem como primeiro objectivo capacitar, de uma forma mais funcional, específica e objectiva, o uso de uma habitação e do respectivo espaço anexo como zona de refúgio/lazer, face às exigências específicas de uma família.

Mais adiante, serão especificadas as opções e indicadores de projecto na relação arquitecto/cliente - onde se assume a relevância do tema “modos de habitar” na definição do novo espaço em vista; mas antes de tal síntese será prudente entender o contexto geográfico e cultural em que se actua.

II.1.1. MOURISCA DO VOUGA (CONTEXTO GEOGRÁFICO E CULTURAL)



Mourisca do Vouga é uma pequena vila situada no distrito de Aveiro, na passagem da estrada nacional N1/IC2, no concelho de Águeda.

Incluída na região da Beira Litoral, a pequena vila padece já de qualquer caracterização. O museu Etnológico é talvez o único marco cultural a ter em atenção, se não contarmos com a igreja, que não poderia deixar de existir para dar resposta ao fervor religioso daqueles que aqui se mantêm, por inércia ou apego ao seu próprio património.

Não vai mais além do que uma pequena zona de passagem, de quem por estas estradas se vê obrigado a desviar, ou que por alguma razão a esta vila tem de chegar – isto mesmo é apreendido no quotidiano daqueles que aqui habitam. As suas vidas preenchem-se com as dos outros e todos são conhecidos, tanto para o bem como para o mal.

Aqui ainda se vive das pequenas hortas (em grande parte de subsistência), dos pequenos comércios como a mercearia da “Sra. Maria”, a casa de pasto ou a loja de ferragens do “Sr. Manel”, ou do “Zé pintor” que nuns dias é construtor e noutros carpinteiro. É uma vida simples, é uma vida familiar e, aparentemente, alheia aos acontecimentos externos. Aqui, também, a presença de caras desconhecidas constitui, ainda, motivo “para dar à língua”, como com a presença de um “fresco projecto de arquitecto” que, de quando em quando, procura fazer uma visita ao terreno, no qual agora actua e em quem também se manifesta um certo desconforto por uma nova realidade com a qual já não se identifica, seja pela sua educação ou por uma vivência ainda curta e pouco eclética.

Em Mourisca do Vouga a paisagem é claramente agrícola, e não falamos de uma produção em grandes áreas, mas sim da horta



Igreja de Mourisca do Vouga
fotografia do autor

ou do pomar familiar (e, eventualmente, de rendimento subsidiário), onde predominam as árvores de fruto e a vinha (em particular para as pequenas produções de vinho caseiro). Para além disso, espécies florestais, tais como choupos, salgueiros ou carvalhos (que moldam de forma pitoresca a paisagem, em bordaduras de demarcação e protecção dos ventos), ou pequenos bosquetes privados, com os omnipresentes pinheiro e eucalipto, que proveem o conveniente fornecimento de lenha para o inverno ou para os, tradicionais e ainda existentes, fornos de lenha - símbolo que persiste para consolo da memória gustativa dos mais saudosos, do pão de forno de lenha, do leitão e do cabrito.

O desenvolvimento desta zona, em específico desta actual vila, denota um brusco apoderar do terreno por parte das infraestruturas criadas no século XX. Não foi uma evolução gradual, mas sim o choque entre duas épocas e duas realidades diferentes. Por um lado as ruralidades, que se manifestam nos modos de vida e caracterização, tanto da arquitectura como, consequentemente, da paisagem e, por outro lado, a expansão não planificada e sobreposta, duma nova realidade alheia ao tradicional.

•

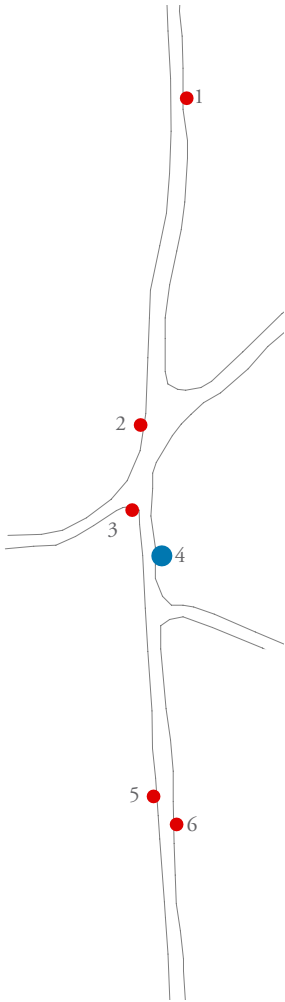
Ao chegar a Mourisca não nos é indiferente a forma estranha com que se mistura o novo e o antigo. Já antes visto, os vetustos muros de pedra, com a *patine* que o tempo lhes confere e o musgo enaltece, misturam-se com o entranhado de cabos eléctricos - cabos que nem eles tratam de ver o que os envolve senão que procuram apenas passar da maneira mais rápida possível ao seu lugar de destino.

À medida que nos vamos submergindo nesta nova realidade

(onde nem sequer o vernáculo se conseguiu eximir da influência dos estrangeirismos), podemos reparar nos diferentes *layers* de intervenção que não se coadunam com a realidade a que assistimos. As estradas parecem sobre-dimensionadas para os carros de bois (os poucos que ainda teimam em persistir, “contra ventos e marés”), para os pequenos tractores, carripas e motorizadas, ou para o vizinho que vai comprar o pão e não hesita em ocupar todo o espaço, como se fosse o único habitante da vila. Outras vezes, chegam a ser sub-dimensionadas para o transporte de cargas de grandes dimensões, que por Mourisca do Vouga se vê obrigado a passar.

A orlar as estradas, os choupos e carvalhos deram lugar a fileiras infundáveis de postes eléctricos que se imiscuem nas ruas da vila e, juntamente com as antenas nos telhados, criam um novo *skyline* da aldeia moderna, que procura não ser indiferente à passagem do tempo. Da mesma maneira, começamos a notar as construções que justificam este *pout pourri* de “ornamentos”, para as quais os donos procuram fazer, de tempos a tempos, um apressado e descuidado *lifting*, na tentativa de tapar as “mazelas do tempo”.

É patente a indefinição de um estilo e, ao mesmo tempo, a mistura de tantos. Um claro exemplo onde a arquitectura é anónima e vernacular, no sentido em que responde à necessidade mais básicas de construção, com esporádicas emancipações de apontamentos neoclássicos, destacando-se, ocasionalmente, alguma sensibilidade para o saber arquitectónico, como é o caso do Museu Etnográfico da Região do Vouga ou o de três casas que claramente se destacam ao longo da rua (ver pág. seguinte) - rua 25 de Abril / rua da Liberdade - que atravessa toda a Vila.



rua 25 de Abril / rua da Liberdade:

3: igreja de Mourisca do Vouga

4: terreno sobre o qual incide o projecto desenvolvido ao longo desta tese

5: museu etnográfico da região do Vouga

todas as fotografias são de autoria própria





II.1.2. A INVASÃO DO EXÓTICO

Tal como descreve José Saramago, “... os olhos do viajante têm procurado não ver os horrores disseminados pela paisagem, as empenas de quatro ou oito cores diferentes, os azulejos de casa de banho transferidos para a fachada, os telhados suíços, as mansardas francesas, os castelos do Loire armados à beira da estrada em ponto de cruz, o inconcebível de cimento armado, o furúnculo, o poleiro de papagaio, o grande crime cultural que se vai cometendo e deixando cometer etc., (...) o arraial das arquitecturas cretinas, a geral degradação, a casa *maison* com janelas *fenêtre* mais um ou outro delirante produto da imaginação.”¹ Estas ideias, citadas por Álvaro Domingues (um referencial académico incontornável, nesta matéria), espelham bem a situação que se verifica em Mourisca do Vouga e que se tem vindo a disseminar pelas nossas aldeias e vilas “habitadas por quem já não vive lá”.

Por um lado, Mourisca do Vouga vive da escassa população que procurou, pouco a pouco, manter as suas casas. De forma humilde e despojada de tiques de uma arquitectura esclarecida, as casas mostram-se simples e dotadas de um conhecimento tão básico como o de que uma casa se completa por paredes, telhados, uma porta e de tantas janelas como as que sejam estritamente necessárias para iluminar o espaço interior. Por outro lado (e aqui reafirmo, à maneira como foi expresso por Álvaro Domingues) “a emigração fez algumas feridas na arquitectura portuguesa”.

O camponeses emigrados, com uma formação um pouco aquém de ver o seu término, voltam para criar património para a ge-

¹ José Saramago cit. in: Álvaro Domingues - Vida no Campo (O voo do arado).[Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág130)

rações vindouras. Assim, por detrás dos *Renault* ou *Mercedes*, estacionados juntamente com as bicicletas e as motorizadas e, até, carros de bois, estão as casas que criam um quadro daquilo que é a arquitectura popular, sofrendo de uma junção Barroca de desajustadas modas arquitectónicas. Deste modo, prefigura-se um horrendo *patchwork*, na tentativa de exibição do orgulho próprio, pela coragem de um emigrante, capaz de subir na vida à custa do seu próprio trabalho e que, assim, “salvavam as finanças nacionais”².

A facilidade com que se trabalha o cimento armado e se aplica o tijolo permite a construção rápida de incríveis alpendres e varandas, telhados, tudo aquilo que se imagina ou que se queira comprar, permitindo que os “Senhores Engenheiros impinjam projectos copiados de revistas estrangeiras, descaracterizando de tal modo a formosa arquitectura das nossas vilas e aldeias que muitos estrangeiros que nos visitam as tomam como a expressão típica de Portugal.”³ E nem Mourisca do Vouga nem, mais concretamente, o anterior projecto, na rua da Liberdade (sobre o qual incide a intervenção na base da presente dissertação) escapam a esta realidade.



“um horrendo *patchwork*”

fotografia do autor

2 ver Álvaro Domingues - *Vida no Campo (O voo do arado)*. [Porto]. Dafne Editora. 2011 (pág126)

3 Orlando Ribeiro - “Entre Douro e Minho”, in *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*. [Porto]. 1987, I série, vol. III, (pág.5-11) cit. in: Álvaro Domingues - *Vida no Campo (O voo do arado)*. [Porto]. Dafne Editora. 2011

II.2. PROJECTO PARA UMA CASA DE FÉRIAS EM CONTEXTO RURAL

II.2.1. Conhecer o Programa

As intervenções necessárias são de natureza múltipla e, ainda que se complementem, nem todas têm um mesmo objectivo. A pedido de um cliente concreto, da família Pichel, são três os campos base em que a actuação é imprescindível. Estabelecido que se trata de uma casa de férias, com objectivo lúdico, partimos das seguintes premissas:

- por um lado, o núcleo familiar é composto por avó, três filhos adultos e respectivos cônjuges e, ainda, três netos de uma mesma faixa etária (recém saídos da adolescência), não permitindo, a casa em questão, uma permanência, em uso simultâneo, de todos os elementos desta família;

- por outro lado, como afirma o cliente, “queremos a nossa privacidade, e quando venho do Porto para passar aqui o fim de semana, não quero sentir-me vigiado pelo vizinho do lado nem estar sujeito a que comentem a minha vida ou o que faço aqui”¹;

- e, por último - “esta casa é horrível”². Embora não seja uma família entendida quanto a questões de arquitectura, pretende que a sua casa traduza uma intervenção esclarecida e que transmita uma sensação de contemporaneidade, em paralelo com o conforto visual e físico a que esta evolução corresponde. Pretende-se uma vivência esporádica no meio rural, mas com o conforto e uma estética equivalentes aos que usufruem na cidade - uma casa de campo do séc. XXI.

São, sem dúvida, essenciais os primeiros contactos com o cliente, para a definição de um esquema de intervenção que permita

“I want to have a house that may look like me (in better aspects): a house that may look like my humanity.” - Ernesto Nathan Rogers, “PROGRAM: DOMUS, THE HOUSE OF MAN” (1946) in: ROCKMAN, Joan - Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996

1 Exigência feita pela família com base nas experiências pessoais que foram vivendo ao longo dos anos em que a casa lhes pertenceu e que nela desfrutaram as suas férias

2 Adjectivo utilizado para descrever a casa, por parte de um dos membros mais novos do núcleo familiar

conciliar os objectivos, por parte de um cliente, com a realidade do que se projecta. A perseguição deste desiderato apela ao respeito por todos os condicionalismos intrínsecos (identificados no cliente) e extrínsecos (criteriosamente avaliados pelo arquitecto).

A especificidade de habitar o espaço de uma forma integrada, no âmbito de uma determinada realidade sócio-cultural familiar, leva, assim, à necessidade de uma abordagem dos aspectos pessoais quanto à forma de usufruir um determinado espaço existencial.³

Neste aspecto, a execução do programa de projecto desta casa de férias apresenta alguma facilidade, pelo facto de se tratar de uma família conhecida e amiga - levando a que seja fácil compreender as suas exigências e perceber o uso que dão aos diferentes espaços que habitam. Assim sendo, além da fácil intuição do gosto por um determinado estilo de intervenção, tornou-se imediata a concepção de um programa que permitisse uma demarcação (mais ou menos explícita) desde os espaços individuais de reflexão/contemplação até aos de partilha familiar ou de socialização mais ampla. Para além disso, porque o lazer não implica necessariamente alienação, mas também a satisfação de necessidades intelectuais (que nesta família se manifestam), foi prevista a criação de uma biblioteca ou sala de leitura (ou mesmo de pacato convívio e troca descomprometida de ideias); por outro lado, por apelo da (ou, mais provavelmente, como “desculpa esfarrapada” com base na) classe etária mais jovem, foi prevista a (inevitável) piscina, com relvado anexo, e - melhor ainda - a bem-amada zona dos petiscos (onde a “gula” latente dos tempos idos se desforra, à revelia das imposições médicas).

É nesta última zona que convergem todos os percursos inter-

“Having touched upon the moral dimension, I now come to the formal side of the housing problem.”

- Alvar Aalto, “THE ARCHITECT’S CONSCIENCE” (1957) in: OCKMAN, Joan - Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996

3 Ver capítulo DO ESPAÇO EXISTENCIAL AO ESPAÇO PESSOAL no que se refere à percepção do lugar (pág.18)

nos e se define a “praça privada”, como local privilegiado de convívio - bem à maneira portuguesa - onde se cultiva e cimenta a afinidade e identidade da família e se esbatem (ou harmonizam) eventuais divergências que a vivência quotidiana sempre origina.

Finalmente, o espaço hortícola e arbóreo demarca-se, em oposição ao espaço habitacional, na perspectiva do horizonte paisagístico privado.

Para além, no entanto, das opções consensuais do todo familiar, que informam uma primeira abordagem na configuração dos diferentes espaços funcionais, é importante compreender a vertente das relações particularizadas, por forma a permitir a criação de diferentes “climas” mais ou menos intimistas ou, pelo contrário, socializantes, que apelem às sinergias afectivas dentro do agregado familiar.

O carácter informal de uma casa deste tipo permite alguma flexibilidade, quando se trata de estruturar e dimensionar os diferentes espaços. Não temos porque considerar uma casa composta por um determinado número de elementos padronizados pela idade, sexo, nível cultural ou condição física, mas sim entender as necessidades específicas de cada um, de *per si*, e nas suas interacções. Ao contrário da casa padronizada - produzida em série para um certo tipo de família - aqui evita-se a conotação generalista que privilegia a estratificação, dedicando-se uma especial atenção à integração de todos os elementos familiares num todo social e afectivo harmónico.

•

Em Mourisca do Vouga, partindo de um terreno no qual existem três construções complementares estipulou-se para este projecto o seguinte programa.



Em primeiro lugar, a casa existente não seria suficiente para responder às necessidades de ocupação desta família. Sendo assim, estaria prevista a ampliação do programa com vista ao uso pleno do espaço, uma vez que os diferentes núcleos familiares poderão coincidir num mesmo período de tempo e, deste modo, salvaguardar a independência do uso familiar, em função das respectivas preferências. Deverá, então, estar contemplada a criação de mais um núcleo de habitação, considerando a existência de pelo menos oito quartos (no total), duas cozinhas, duas salas de estar e zonas, interiores e exteriores, de convívio, nas quais se possam realizar refeições ou actividades lúdicas.

Partindo do princípio que se trata de uma casa de férias, à parte dos espaços fundamentais para a vida quotidiana, deverá considerar-se o acréscimo, ao existente, de uma piscina e de uma biblioteca, bem como a clara definição e limite de um espaço agrícola e paisagístico moldável à vontade do cliente. Uma vez que o cliente pretende algum isolamento da realidade exterior, este espaço, destinado à produção agrícola - sejam árvores de fruto ou horta - tem como objectivo permitir a criação de uma paisagem independente das contínuas transformações do mundo exterior.

Dadas as dimensões do terreno estipulou-se a criação de duas entradas independentes, de forma a que os acessos não interfiram com o uso independente dos dois núcleos habitacionais. É na continuação desta ideia, de dois eixos de circulação, que se prevê a criação de uma “praça” na qual estes dois percursos se encontram e dão o mote para a criação de um grande espaço exterior de convívio, no qual se podem realizar reuniões e festas familiares.

Por outro lado, a dependência do uso do automóvel e considerando que existem, em média, dois por cada núcleo familiar, a

- A. Casa destinada a habitação
- B. Antiga Casa, agora destinada a arrumação
- C. Alpendre, destinado aos excedentes de produção agrícola e arrumação de instrumentos associados à prática horto-frutícola
- 1. Poço existente

◀ planta de construções existentes
projecto de uma casa de férias em Mourisca do Vouga
(plantas de intervenção)

garagem ganha alguma relevância, uma vez que há que considerar o estacionamento de pelo menos quatro automóveis num mesmo período de tempo.

E por último, dada a configuração do terreno, a família em questão e o facto de se tratar de um contexto rural, com terreno agrícola, deverão ser tomadas em conta, não só as necessidades familiares, mas também os costumes, tradições e definições da vida neste contexto concreto, de forma a não se criarem discrepâncias com a realidade existente.

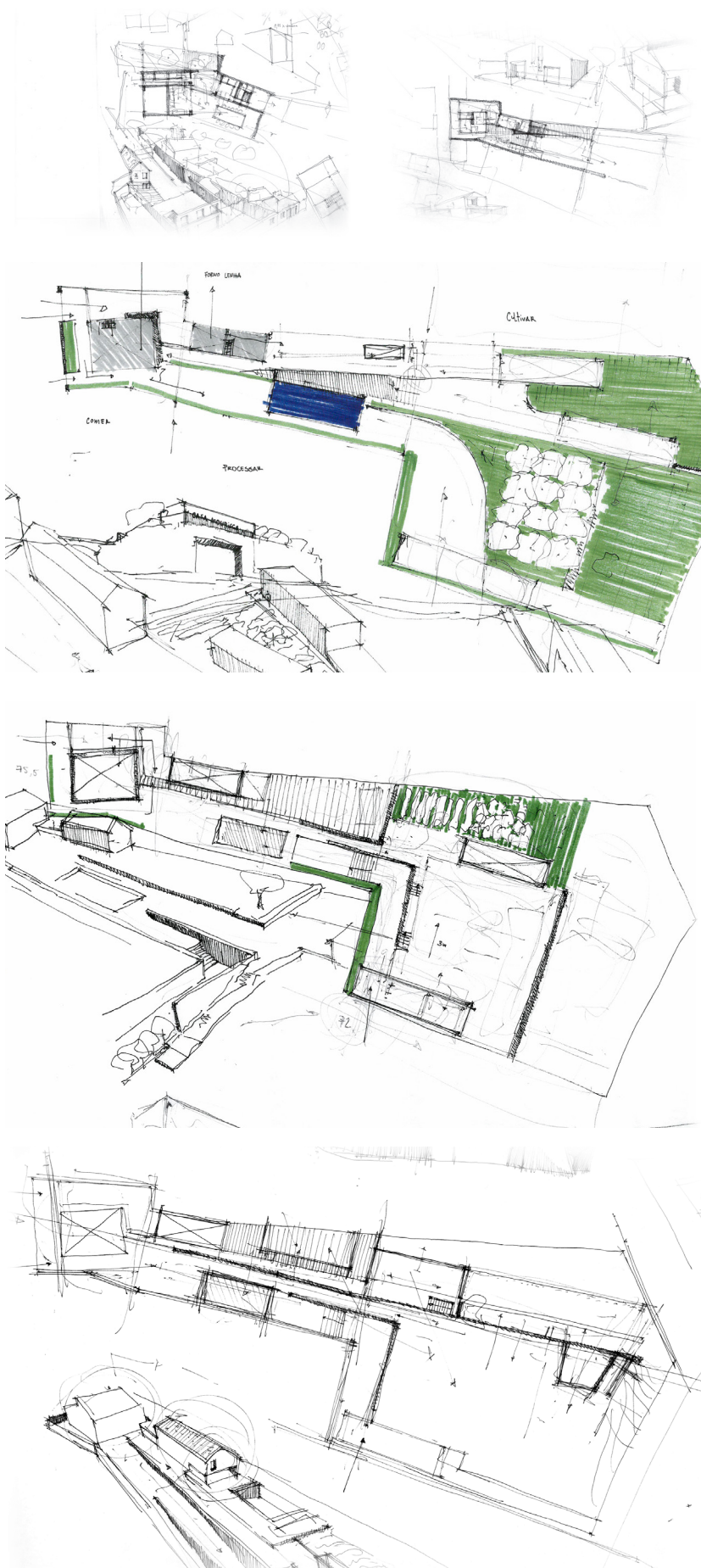
II.2.2. UMA ESTRATÉGIA, UM DESENHO, VÁRIOS PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Num primeiro contacto com o local de intervenção, é possível definir directrizes orientadoras para o desenvolvimento de uma base de projecto, baseando-nos na observação imediata e numa compreensão do espaço e da inserção do Homem no mesmo. O não conhecimento de uma determinada realidade exige uma observação aprofundada do espaço de intervenção, mas a percepção imediata, num primeiro contacto, cria as bases sobre as quais se transformará e desenvolverá o projecto final. Como diria o Arquitecto Álvaro Siza, “tudo começa nos olhos, na necessidade de aprender a olhar. A arquitectura educa o olhar e educa-se no olhar.”⁴

Para quem se intervém? Onde intervir? Como intervir? Como tornar a proposta coerente com a realidade a que se refere? - São inquietações que justificam o trabalho teórico desenvolvido por trás de um projecto arquitectónico, o qual confere força e coerência aos

“A reflexão filosófica que se exerce sobre um pensamento científico longamente trabalhado deve fazer com que a nova ideia se integre num corpo de ideias já aceites, ainda que a nova ideia obrigue esse corpo de ideias a um remanejamento profundo, como sucede em todas as revoluções da ciência contemporânea” - Gaston Bachelard
- A Poética do Espaço. [São Paulo] : Martins Fontes. 1998 (pág.1)

⁴ “Doze anotações nos 80 anos de Álvaro Siza”, texto de Nuno Hígino no jornal P3 [29/06/2013] - <http://p3.publco.pt/cultura/arquitectura/8437/doze-anotacoes-nos-80-anos-de-alvaro-siza>



evolução do método de apropriação do ►
terreno
esquissos realizados para o projecto de uma casa de
férias em Mourisca do Vouga (plantas de intervenção)

argumentos que sustentam a lógica das opções arquitectónicas assumidas.

Partindo de algumas premissas, éticas e morais, adquiridas pela educação e na formação académica, e confrontadas com a realidade pessoal de quem projecta, desenvolve-se uma estratégia que dará início à realização do desenho da proposta.

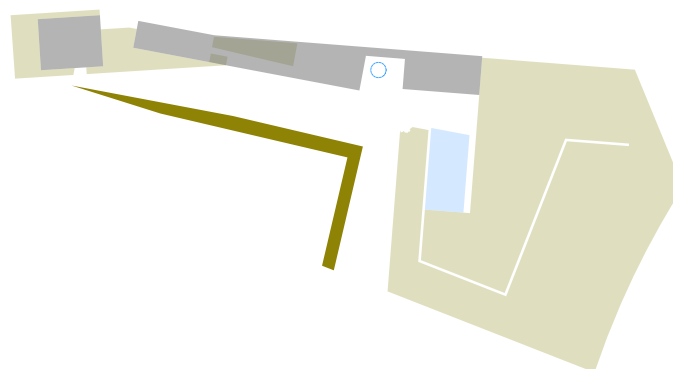
•

Trata-se de uma casa de férias, que parte de uma estrutura de habitação descaracterizada, como qualquer outra em Mourisca do Vouga, onde o conforto deverá ser semelhante ao da residência permanente, mas cujo fundamento reside no programa adicional - associado à desconstracção e ao lazer – no qual se contemplam as estruturas que melhor justificam a apropriação pelas pessoas que, nesta casa, irão habitar.

O projecto da casa de férias para a família Pichel evoluiu, com alguma facilidade, face às exigências do cliente, tendo sido, sem dúvida, a questão da apropriação do terreno a que mais problemas suscitou.

Tanto a forma como a extensão do terreno se mostraram de difícil apropriação: estando a construção principal já existente situada a Oeste e, tal como a generalidade do terreno que lhe está anexo, orientada na direcção “poente-nascente”, optou-se por uma exposição a Sul das construções contempladas no programa complementar. A clara diferença entre uma zona mais estreita do terreno, a Oeste, e uma mais expandida a Leste conduziu a uma intervenção retraída na zona ocidental do terreno, em que nos é permitido agir, mas que depressa nos faz perceber o descontrolo do lado oposto.

Com um eixo longitudinal de 130m e com uma área de 4500m², torna-se difícil o confronto entre as diferentes escalas de programa evidenciadas na totalidade do terreno. Por um lado, o terreno a nascente, livre de construções, possui favoráveis condições à prática agrícola, mas não com dimensão suficiente para que condicione o projecto em questão; por outro lado, é na intervenção paisagística, agrícola ou não, que se prefigura a integração do todo no espaço rural, bem como a sua caracterização e diferenciação, cabendo aos espaços de socialização promover a ligação e transição entre o espaço paisagístico e o de habitar - a casa.



esquema de intervenção
projecto de uma casa de férias em Mourisca do Vouga
(esquema de intervenção, edificações e espaços verdes)

- Há que saber reconhecer os feitos do passado para poder evoluir no futuro.

Um dos princípios postos em evidência, uma e outra vez, na evolução do projecto foi o aproveitamento das construções existentes. Não se trata de construções com um valor patrimonial reconhecido, mas a verdade é que existem e constituem uma referência bem interiorizada no imaginário desta família - a descaracterização arquitectónica de um local pode ser mais marcada pela ausência do que pela presença acrescida. Desta forma, cedo se tornou consensual a

opção pelo seu aproveitamento. Independentemente da intervenção que se realiza, esta deverá surgir do seu, e para o seu, aproveitamento e, assim, da mesma maneira que o complexo habitacional deverá estar em sintonia com a vila em que se insere - a outra escala - também deverá “o novo” estar em sintonia com os volumes existentes, sendo que estes possam sofrer alterações. A ampliação deste complexo habitacional deverá estender-se ao longo do terreno, de forma a dominar a sua escala e, assim, projectar o uso da casa para o exterior, à procura de uma relação forte e constante com o ambiente rural, seja esta relação criada pela actividade agrícola ou pelo contacto mais directo com a natureza - algo que não é permitido no quotidiano urbano.

A realidade rural que nos é apresentada em Mourisca do Vouga, também se torna um importante definidor de premissas de projecto, cuja percepção e identificação levam a uma postura de respeito quanto ao contexto no qual se intervém. Isto é: Saber fazer arquitectura no campo não se trata apenas de saber desenhar o campo, mas sim de saber desenhar os comportamentos do campo.

Percebemos, deste modo, a importância dos percursos a realizar dentro do próprio terreno. Pela sua génese, as propriedades rurais que se nos apresentam neste tipo de aglomerados são, de um modo geral, extensas (pelo menos pela proporção em relação à casa que nela se insere), e, na maioria dos casos, as edificações encontram-se em contacto imediato (ou quase) com a via pública - por facilidade de acesso às infraestruturas de saneamento ou electricidade, etc. Em contrapartida, os acessos aos diferentes sectores funcionais da propriedade não são, como regra, tão imediatos, o que leva a que as acessibilidades no interior da propriedade constituam um factor a ter em atenção na definição do projecto global. No entanto, se os

circuitos de serventia ao espaço de socialização se afirmam de forma assertiva (seja pela concepção mais elaborada e, eventualmente, pela própria natureza e diferenciação dos materiais) já os circuitos de serventia no espaço horto-frutícola deverão ser apreendidos intuitivamente, uma vez que surgem do natural uso do terreno por parte do habitante, com a consciência de eventuais, novos desenhos, em função de novas necessidades. Uma importante componente do trabalho prévio de reflexão incidiu, por isto mesmo, sobre os modos tradicionais de intervenção intuitiva (passiva) na paisagem.

Numa zona onde a actividade agrícola é uma realidade evidente, a proposta apresentada não descuida tal facto. No entanto, a extensão da zona dedicada à horto-fruticultura não pode ser impositiva, face ao uso específico que determinou a solicitação do projecto, constituindo, o seu redimensionamento, uma opção determinante no controlo das escalas.

•

“A explicação da forma deve surgir da sua utilização”⁵

O desenho da forma está intimamente relacionado com a realidade do organograma, concebido para entender as relações e inter-relações familiares e o seu possível posicionamento face ao usufruto do complexo habitacional a ser reformulado. De forma esquemática, a globalidade dos espaços criados tem, como elemento fundamental, um complexo núcleo central, de união das famílias e, a partir daí, vão se acoplando os espaços mais recolhidos e privados da casa.

Nesta reavaliação das funcionalidades, não é de somenos relevância a opção que consiste na responsabilização de um feitor ex-

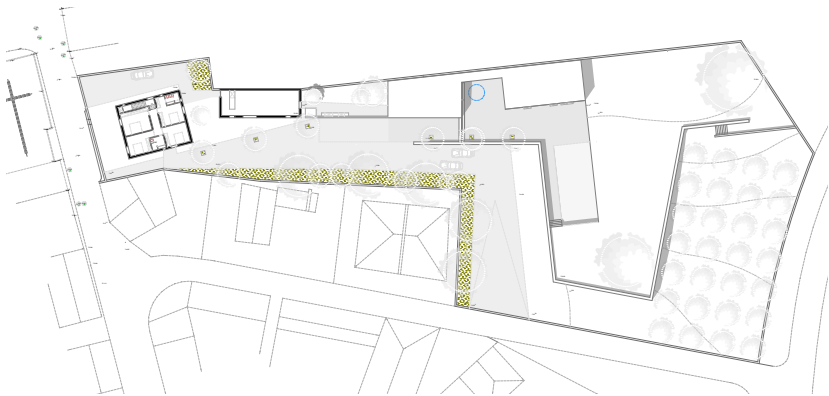
5 Peter Zumthor, *Atmosferas* (trad. Astrid Grabow), Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009 (1ª ed. *Atmosphären*, 2006), (pág. 58)

terno na exploração horto-frutícola, eliminando-se a necessidade de construções rurais para alfaías, fito-fármacos e produtos agrícolas, sem prejuízo de uma eventual (sempre que desejada) interferência nas decisões do foro agrícola e de uma partilha equitativa da produção. Desta forma é conferida, aos proprietários deste espaço, uma mais plena fruição do mesmo na sua vocação como espaço de vivência descomprometida.

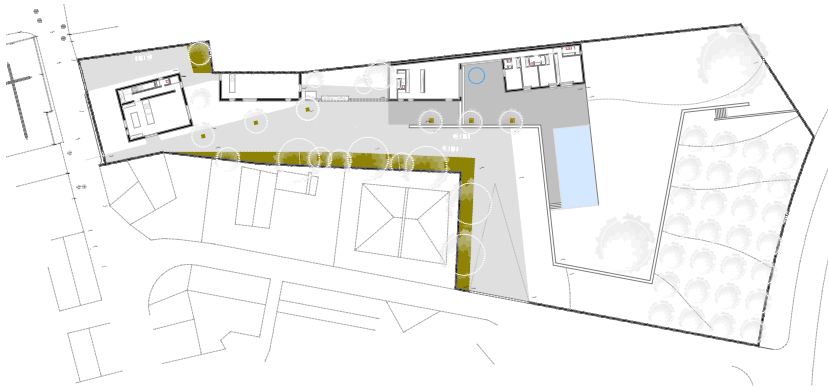
Aproveitando as estruturas existentes, como já anteriormente referido, o volume de dois pisos (B), anteriormente destinado a arrumações, passa agora a ser a biblioteca de pé direito único. A alteração da normativa face à altura mínima obrigatória do pé direito de uma casa leva a que a medida existente seja insuficiente. Assim, sem alterar a estrutura, uma vez que as lajes se apoiam directamente na fachada e, também por imposição de funcionalidade (esta área é destinada à biblioteca) a opção aqui tomada foi a de criar um ambiente mais amplo que permita a percepção, a partir do interior, da antiga fachada e da estrutura do telhado de duas águas. Por outro lado, também o forno a lenha foi aproveitado, como princípio de intervenção e com a aprovação entusiástica do cliente, em particular pelo significado que este elemento tem para a família que se apropriará deste espaço. De alguma forma, também se trata da procura e do reconhecimento de uma história passada - aqui presente - que de forma simbólica ganha protagonismo e se torna caracterizador do velho espaço que se renova.

A optimização dos espaços da casa, como local de reencontro periódico, numa vivência mais íntima e partilhada, dos diferentes núcleos desta família, traduz-se na eliminação de barreiras entre os espaços de convívio, em oposição a uma demarcação rigorosa entre os espaços comuns e os privados, tanto no novo como no antigo.

planta realizada a cota 78.500

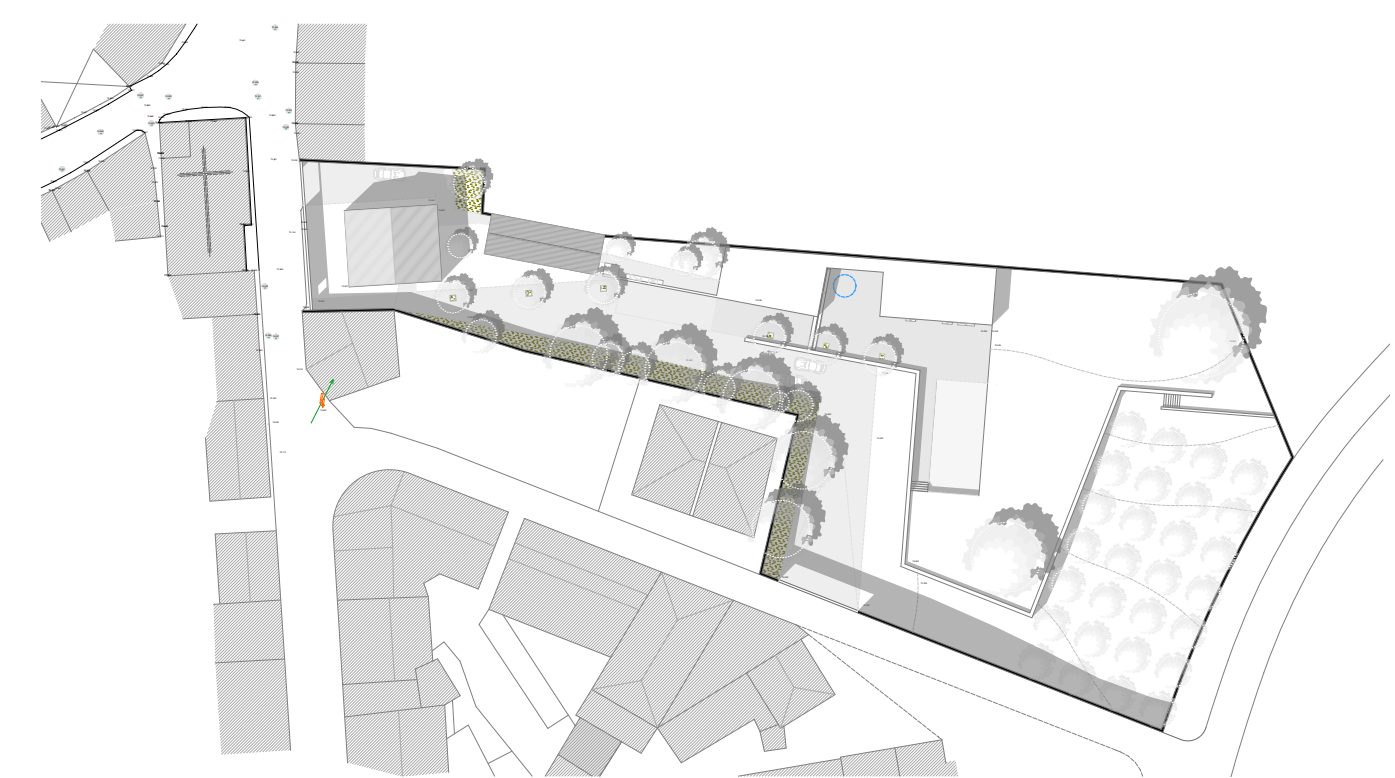


planta realizada a cota 75.500





fotomontagem da proposta
realizada para uma casa em
Mourisca do Vouga



#1 Casa Mourisca - Planta de Intervenção | 1:200

Ainda que esta demarcação, num volume (A) se materialize em duas alturas justapostas e no outro (C) se concretize em dois volumes adjacentes na horizontal, o projecto trata de separar, de forma clara, a sala e a cozinha da zona dos quartos.

Em situação de férias torna-se recorrente a reunião de família e de amigos, justificando assim que exista a possibilidade de um uso pleno da casa sem ter que invadir o espaço privado daqueles que realmente o habitam.

II.2.3. A MATERIALIZAÇÃO DA FORMA

A criação da forma arquitectónica vem do gesto inicial que nos dá a base de intervenção no espaço. A partir dos dados recolhidos, que se têm vindo a apresentar - e já processados - este gesto pode ser esboçado de forma intuitiva ou através de regras próprias que limitam a materialização do projecto. Dada a extensão do terreno em questão, existe alguma liberdade na forma como se actua, mas é no controlo da escala onde o gesto se limita.

A forma arquitectónica pode ser conseguida através do desenho da linha, quando esta procura um determinado movimento ao longo da planta, ou pela procura de uma determinada volumetria e, é a junção dos diferentes indicadores de projecto, actuando no espaço tridimensional, que leva a estruturar o objecto.

Não se pode esperar que o gesto, que procura o objecto arquitectónico, se materialize de maneira pacífica. É, antes, um processo contínuo de avanços e recuos, de construção e desconstrução, de modo a que esse gesto se ajuste numa solução funcional coerente, na transposição do projecto para a realidade em que se intervém.

Procura-se uma certa fluidez das formas, aliada ao conforto dos espaços interiores e das funções a que correspondem. Uma vez que se trata de um programa relativamente pequeno para o terreno em que se trabalha, começa-se por fragmentar os seus limites, de maneira a que se aproxime da escala humana e dos usos em questão. Este gesto, deve assim, mostrar uma preocupação de integração no terreno, bem como ter em conta as áreas e os programas a integrar, para chegar a um controlo global da proposta, o que nos permite ir avançando na escala e detalhe de intervenção.

A ideia base é a de que o complexo habitacional se entenda como um todo, em que a coabitação do antigo com o novo se processe de uma forma harmónica em que, na nova identidade agregada não se dilua o carácter referencial do primeiro.

O volume, pouco a pouco, assume a sua identidade na paisagem, respeitando os diferentes usos que vai albergando e, ao longo das etapas que se sucedem, são os espaços vazios que criam a sua unificação, através da definição e desenho dos espaços exteriores. A estratégia de separação de volumes procura, não só, uma clareza e funcionalidade programática, mas também a evidência de que o gesto se torna sensível ao desenho do terreno, de forma a que se perceba integrado.

Por opção de projecto, com a anuência previamente informada do cliente em questão, a materialização da forma arquitectónica procura evidenciar e reflectir as questões de relação de interior e exterior, exposição e privacidade e de integração de uma nova arquitectura numa zona já definida e estabilizada. Neste contexto, é no trabalho dos planos verticais, perceptíveis em cortes e alçados, que se entendem as críticas e sensibilidades concernentes à realidade em que se actua.

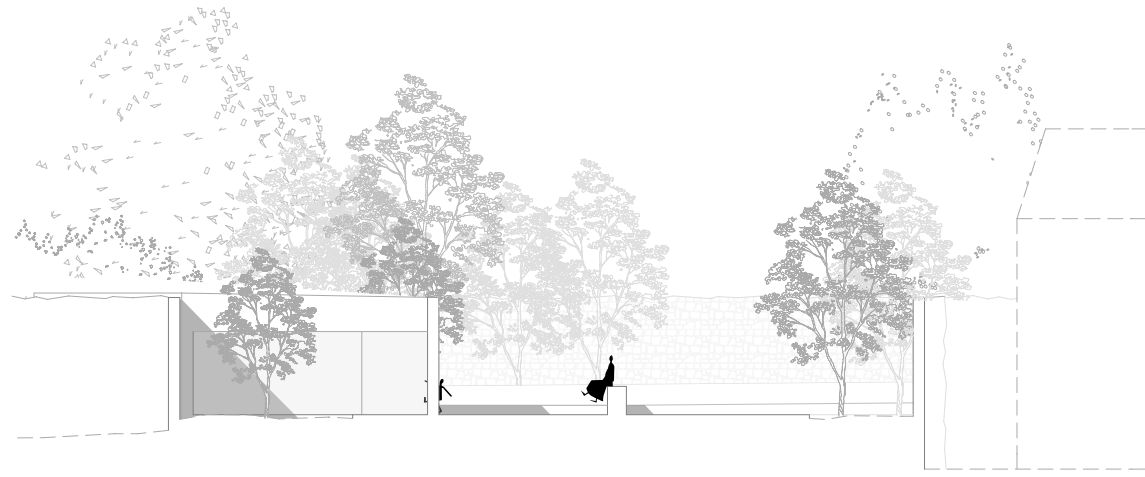
II.2.4. A FACHADA E A IMAGEM

A concepção deste projecto resulta em grande parte da conciliação - conciliação entre duas realidades diferentes: por uma lado está a cidade e por outro o campo, por um lado a vida laboral e por outro o tempo de lazer; e, com estas duas realidades em constante afastamento e aproximação, o presente projecto contempla o entendimento da arquitectura vernacular e da arquitectura contemporânea, em confronto pacífico, procurando, no respeito por uma actuação anterior (com valores próprios) já reconhecida no tempo, uma nova actuação que fará parte da realidade que antevemos. O projecto em questão trata maioritariamente temas de limites (limites físicos, limites psicológicos, limites culturais, limites sociais, etc.) e é neste sentido que a tradução arquitectónica, dirigida a esta inquietação, reside no elemento vertical - a parede, a fachada.

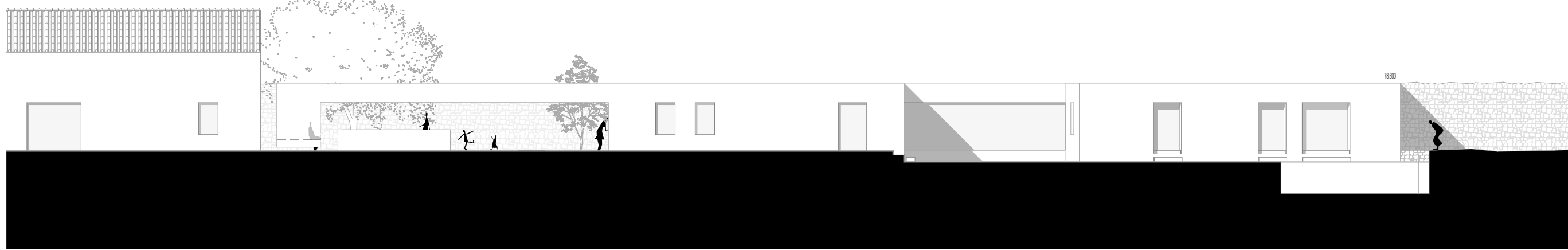
“Graças ao vertiginoso avanço das tecnologias da imagem, cada vez é mais poderosa a mediação que as imagens adquirem na estetização de todas as áreas da vida quotidiana”⁶. Deste modo, ao falar da fachada falamos de um limite - a parede - com o qual, para além de configurarmos o espaço, onde começa e onde acaba, caracterizamos a forma como habitamos, e é através deste elemento que a arquitectura se relaciona com o espaço público.

A abertura de vãos numa fachada não é, nem deve ser, casual. É a expressão da linguagem arquitectónica, do gesto assumido num ritmo que dá escala ao desenho: *Uma fachada cega? Um vão contínuo que procura marcar a horizontalidade de uma construção? Um vão*

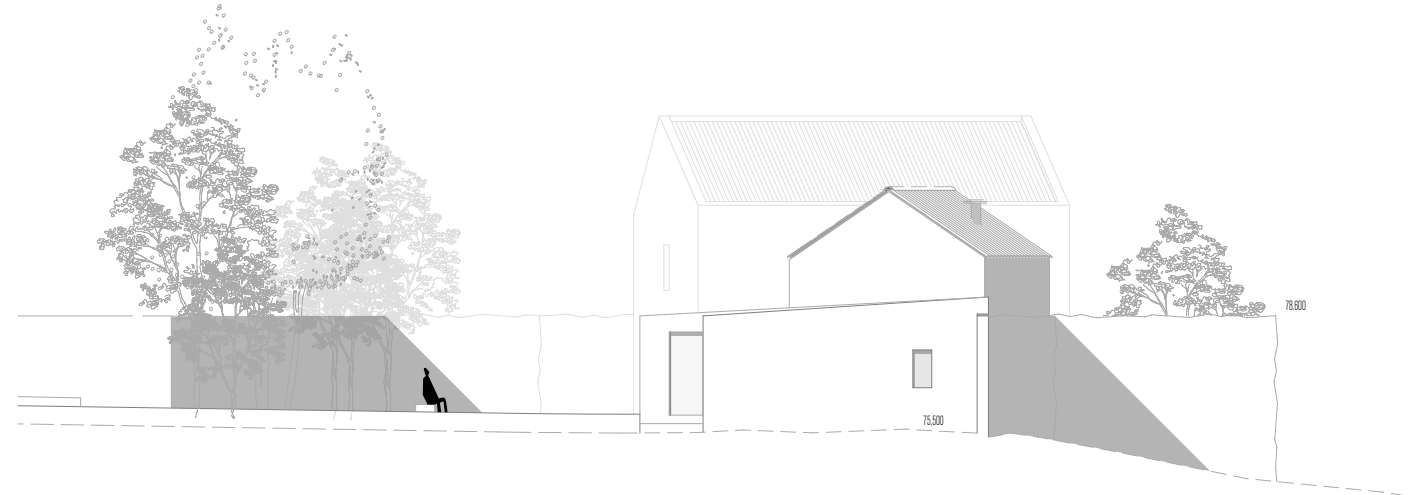
6 Ignasi de Solà-Morales, “Patrimonio arquitectónico o parque temático” in revista Loggia, Arquitectura y restauración #5, Universidad Politécnica de Valencia: Servicio de Publicaciones, 1998 (versão online). Tradução livre do autor.



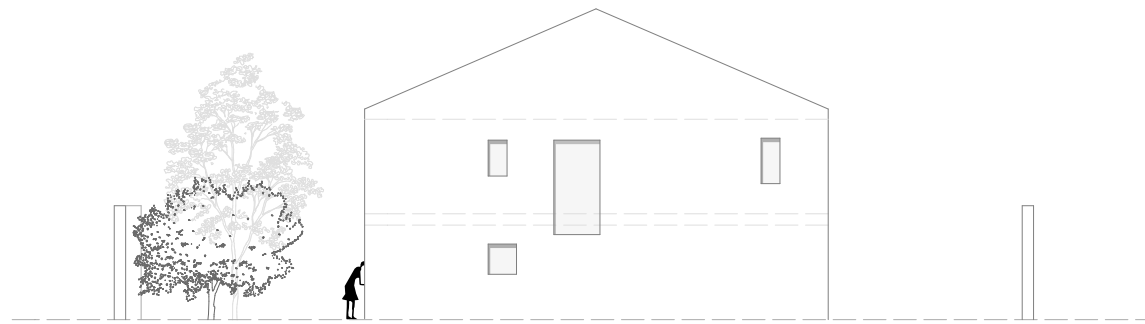
Alçado Norte (nova construção)



Alçado Sul (volume B e nova construção | acesso exterior)



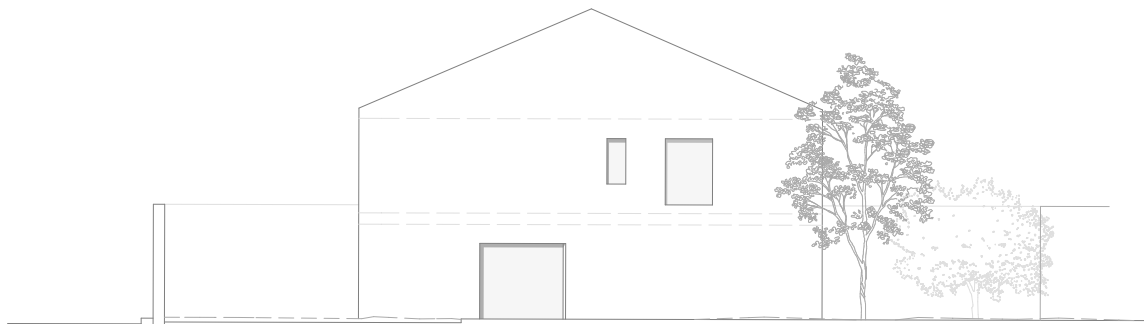
Alçado Nascente (nova construção)



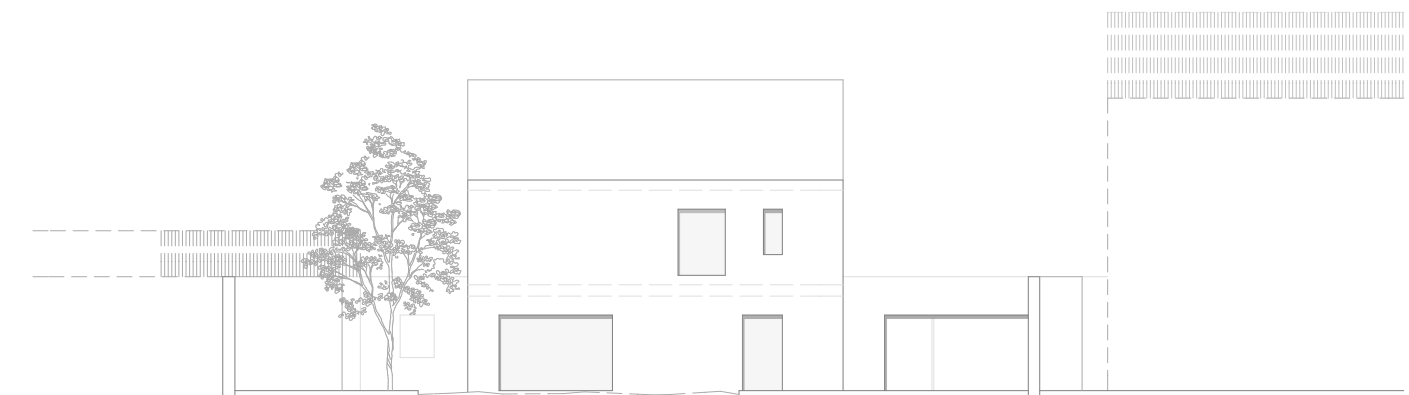
Alçado Norte (volume 1)



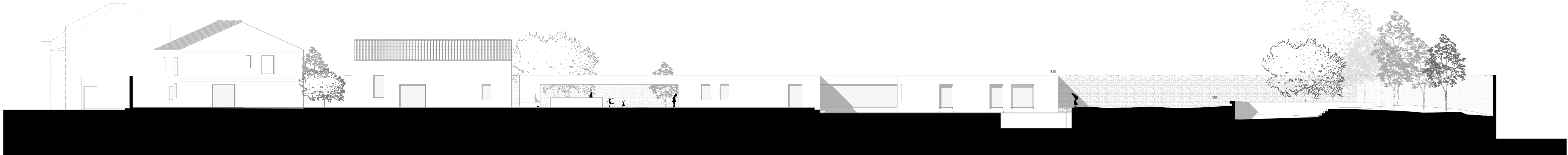
Alçado Poente (volume 1 | acesso exterior)



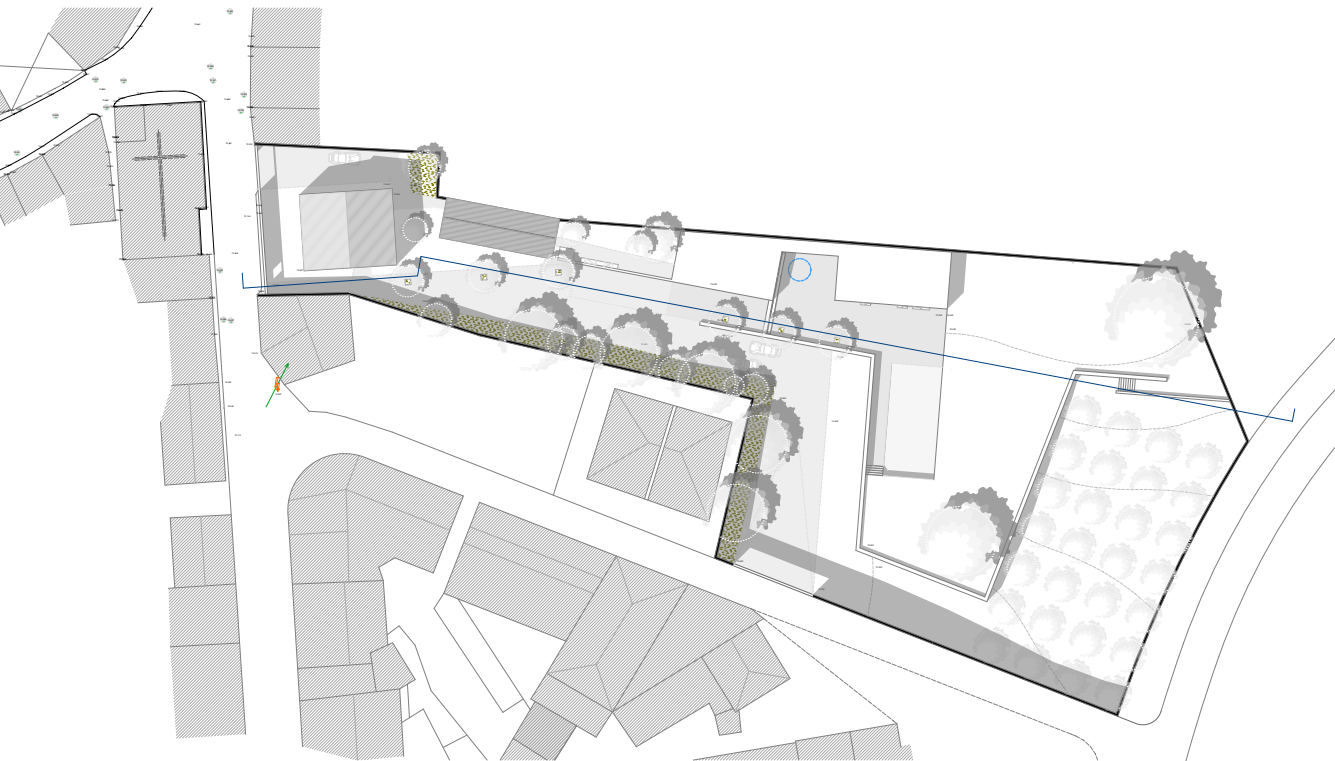
Alçado Sul (volume A)



Alçado Nascente (volume A)



Casa Mourisca - Alçados (secção longitudinal)



#2 Casa Mourisca - Alçados |

1:200



KITMA House - Camilo Rebelo
[<http://www.camilorebelo.com/dados/p04/p04.html>] - fotografia editada pelo autor



Escritórios em Zamora - Alberto Campo Baeza
[<http://www.campoaeza.com/office-for-the-junta-de-castilla-y-leon/?type=selected>]

contínuo, que prefere manter-se no anonimato em vez de desenhar uma sequência de vãos e que, deste modo, não se enquadre na envolvente? Um ritmo de vãos iguais, que demonstra e reflecta a repetição do programa que alberga? - São diferentes maneiras de enfrentar um mesmo problema, e é a sua solução que leva a uma concretização, positiva ou negativa, do gesto arquitectónico.”

Casa em Alcobaça - arq.Aires Mateus ►

[<http://noticias.arq.com.mx/Detalles/14521.html>]



Casa em Leiria - arq.Aires Mateus ►

[<http://sepcnt.blogspot.com.es/2012/05/aires-mateus.html>]



Casa em Alenquer - arq.Aires Mateus ►

[<http://arquitecturadesignetc.blogspot.com.es/2011/10/manuel-e-francisco-aires-mateus-casa-em.html>]

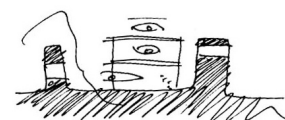


Ao longo do terreno em que se intervém, a fachada afirma-se sob a configuração de paredes, muros, muros de contenção - na procura de dar forma e controlar o espaço exterior⁷ (ver anexo B, proj. de referência “Kitma House”), de forma a responder ao espaço que engloba. Num relacionamento que lhe confere identidade, é o “muro/fachada”, o elemento que unifica a intervenção entre a criação do novo e a recuperação do antigo.

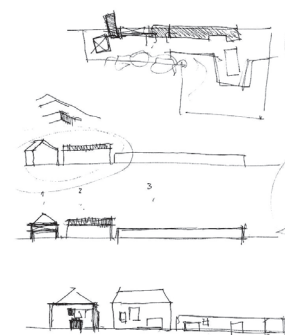
A privacidade desta casa, a par da sua exposição ao terreno, exigida pela família que habita, fizeram com que se partisse de um princípio de imposição, ao mundo exterior, de limites visuais⁸, sem que, com isso, se perca a perspectiva global de um todo habitacional integrado na envolvente urbana. Por outro lado, o projecto trata da relação dos usuários com o espaço interior global e da maneira como a arquitectura a pode potenciar. Tanto o gesto como a linguagem adoptada para o edifício procuram marcar, a presença do volume no espaço, de forma não invasiva.

Quanto ao reconhecimento do que é a habitação, a fachada das antigas edificações mantém o perfil do telhado de águas, despojando-o de qualquer informação acessória - tendo como base justificativa os princípios semióticos do reconhecimento da casa⁹ como informação reflexa inerente ao Homem¹⁰.

Os volumes assumem-se austeros e geometrizados, em confronto com a delicadeza dos grandes planos de vidro, que conferem alguma leveza face ao volume que se constrói. Desta forma, os limi-



Esquisso de Alberto Campo Baeza
[<http://www.campobaeza.com/offices-for-the-junta-de-castilla-y-leon/?type=selected>]



à procura da imagem
esquissos realizados para o projecto de uma casa de férias em Mourisca do Vouga

7 para mais informação sobre o projecto “KITMA House ver: Anexo B proj. de referência 5

8 para mais informação sobre o projecto de “Escritórios em Zamora” de Alberto Campo Baeza ver: Anexo B proj. de referência 2

9 ver projecto “Rudin’s House” do atelier Herzog & de Meuron: Anexo B proj. de referência 11

10 para mais informação sobre os projectos dos arquitectos Aires Mateus ver: Anexo B proj. de referência 1/6/9

tes do edificado são claros, ainda que possibilitem a abertura e ampliação dos espaços ao exterior, acentuando a ambiguidade do limite interior/exterior que se procura no espaço rural e é inerente ao uso da casa para tempos de ócio.

O rural contemporâneo¹¹ vive da terrível maleita das “imagens consumo” com que diariamente é bombardeado pelos *media* (de vocação citadina), que lhes exhibe e propõe modelos urbanos de uma realidade que não é a sua. Procura, então, manter-se “actualizado” através de um *patchwork* de materiais, onde mistura, nas fachadas, os últimos gritos das modas mais exuberantes: Entre frisos, molduras barrocas e azulejos de casa de banho (de preferência que rondem os amarelos e os azuis berrantes), as fachadas que vamos vendo “levam às lágrimas” qualquer admirador desta paisagem. O presente projecto privilegia, assim, algum desafogo e contenção, procurando trazer uma imagem informada de uma realidade mais contida, agora adaptada a Mourisca do Vouga.

II.2.5. PRINCÍPIOS CONSTRUTIVOS

De acordo com a filosofia que presidiu à elaboração do projecto, procurou-se limitar a intervenção no terreno a um mínimo, que permitisse conferir uma maior continuidade topográfica, numa lógica de fluência na conexão da totalidade do espaço exterior de socialização, o qual, no seu extremo oriental, inclui a zona da piscina e respectivos relvados anexos.

Com este objectivo (e na procura de uma base de trabalho

¹¹ Termo usado por Álvaro Domingues in: Álvaro Domingues - Vida no Campo (O voo do arado).[Porto]. Dafne Editora. 2011

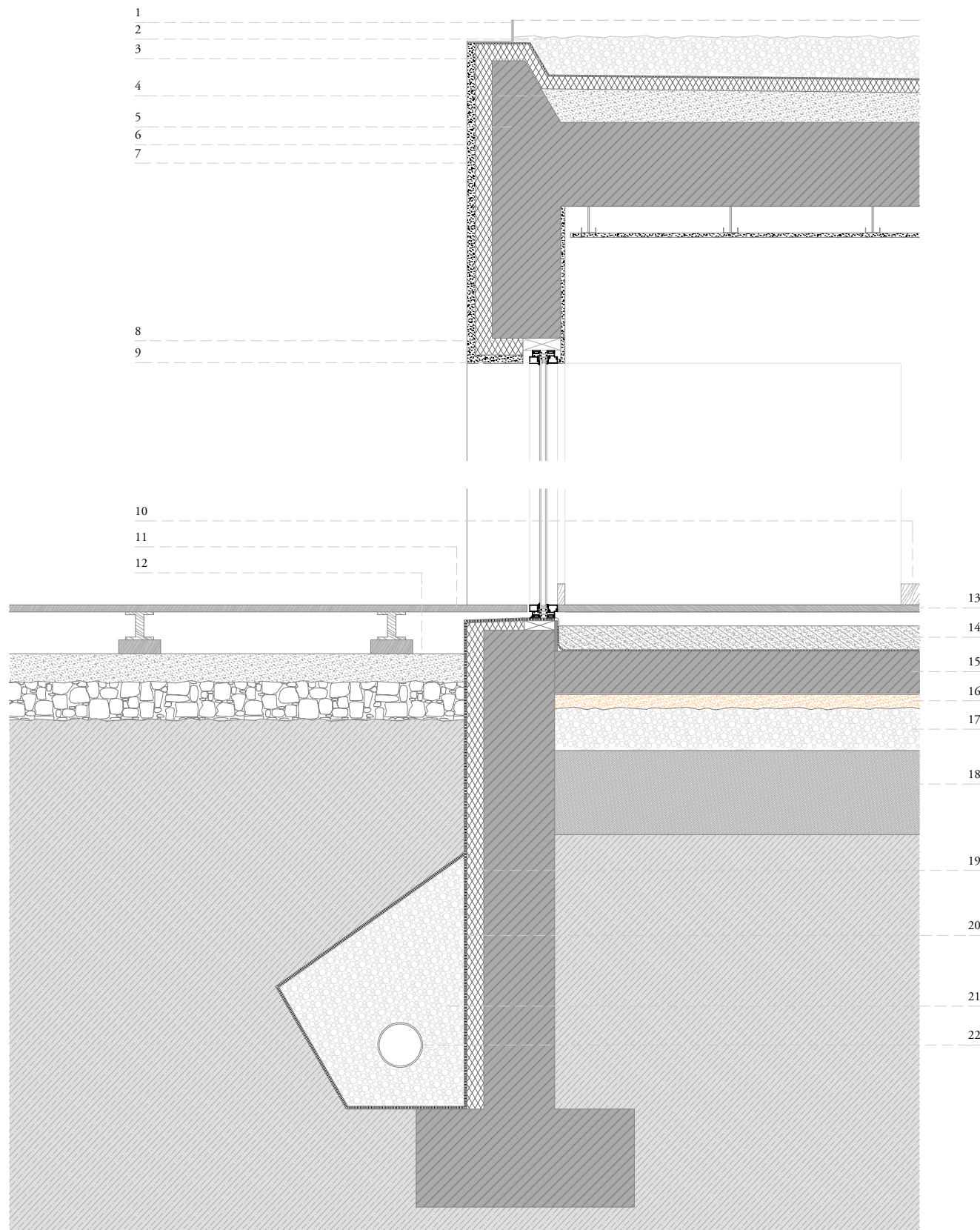
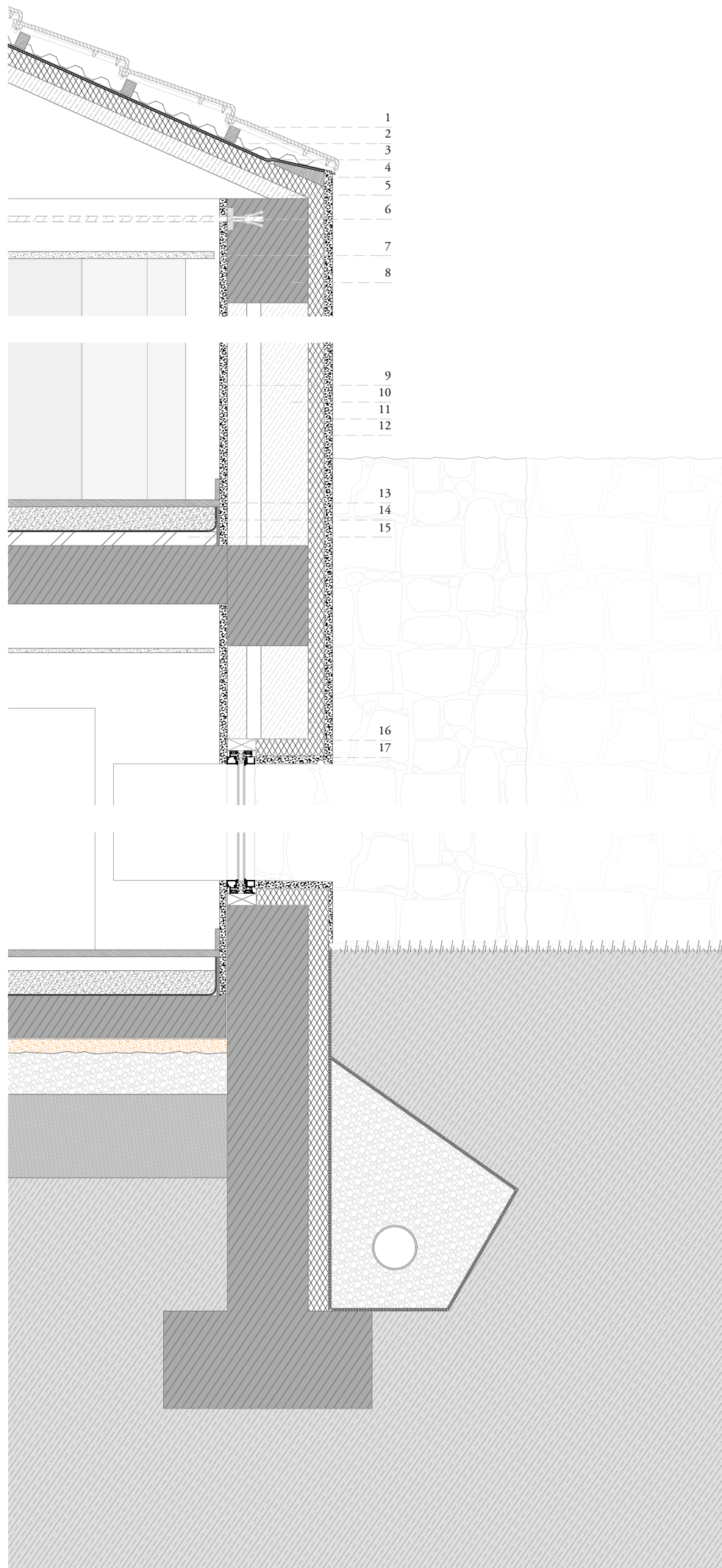
estabilizada que harmonize as dimensões numa escala mais próxima da humana), redesenha-se o terreno, nesta última zona, através da configuração de um pequeno *plateaux* (com continuidade, a Norte, para a zona hortícola) e cuja altura máxima de cerca de 3m, a partir da cota mais baixa do terreno assumida para o nível da entrada a Sul, é atingida na vertente com esta mesma exposição.

Para a sua consecução será necessário um ligeiro rebaixamento do terreno, de maneira a configurar as vertentes ocidental, meridional e oriental, que serão estabilizadas com o recurso a muros de contenção.

Com esta intervenção, delimita-se, a nascente, o percurso interior do acesso à propriedade pelo lado Sul (prolongando, por alguns metros, a expectativa do todo paisagístico interior) e, a Sul e Oeste, uma faixa contígua de vocação frutícola e silvícola (que acentua a faceta rústica), sem compromisso da apreensão do todo paisagístico a partir de toda a zona de socialização.

Uma vez que a referida intervenção se limita a um ligeiro ajuste topográfico, as intervenções específicas no terreno incidem apenas no percurso interior de acesso à propriedade pelo lado Sul (com micro-cubo) e, na pequena faixa a sul e seu prolongamento a nascente do pequeno *plateaux*, para a preparação do solo, com vista a uma eventual reflorestação suplementar com espécies representativas da flora silvícola local. Para o cálculo das dimensões das sapatas, que sustentarão os muros de suporte, terão de ser avaliados as condições do terreno e os níveis freáticos na zona de assentamento das mesmas.

Após esta primeira fase, de controlo do terreno no qual se intervém, a construção dedicar-se-á à recuperação dos volumes existentes: Manter-se-á a estrutura de pilar e viga, existente (A), alterando os tabiques interiores, de forma a adaptar a casa ao programa que



1. perfil de alumínio
2. gravilha
3. tela PVC
4. betão leve
5. betão armado
6. isolamento térmico (60mm)
7. Cappotto (sistema etics*)
8. perfil tubular de alumínio
9. caixilho Vtrocsa
10. rodapé de madeira
11. deck de madeira (assente em perfis I)
12. sistema Cappotto (etics*)
13. soalho flutuante de madeira
14. auto-nivelante
15. betão armado
16. regularização
17. enrocamento (para evitar condução de humidade por capilaridade)
18. terreno prensado
19. isolamento térmico (60mm)
20. tela PVC
21. tout-venant
22. dreno tubular

agora se projecta. Uma vez assegurado o uso da casa, dá-se início à intervenção no segundo volume (B) - futura biblioteca. Neste, pretende-se manter a leitura inicial do interior do volume - o telhado de duas águas, com telha e estrutura de madeira à vista, bem como a parede de pedra adoçada ao limite do terreno. Asseguradas estas premissas, a intervenção na fachada será feita através da criação de uma segunda “pele”, sobreposta, de forma a unificar, com um mesmo material, a sua leitura e estilo. Além da alteração da configuração dos vãos, esta intervenção não irá mais além de uma simples aplicação de uma fachada de *etics*¹², com isolamento integrado.

Uma vez que um dos desideratos que se põe em evidência neste projecto é a relação do novo com o antigo, na forma como a arquitectura contemporânea se confronta com o espaço rural, também o princípio construtivo evidencia esta preocupação. Nos volumes existentes mantém-se a leitura do telhado de duas águas, de “telha lusitana” e estrutura de madeira, enquanto que o novo volume (C) procura uma leitura geométrica linear, optando assim por uma cobertura invertida, que realça a leitura de um único muro, cuja configuração se vai adaptando (sem compromisso da sua unidade) à medida em que os diferentes espaços programáticos, que esta intervenção integra, se prefiguram.

O sistema construtivo da fachada é bastante semelhante (apelando à identidade por assimilação num todo); em contrapartida, pelo facto de ser na presença, ou ausência, da cobertura que se demarca a transição de estilos, é na leitura dos volumes que se assinala a diferença entre estas duas realidades, que aqui se pretende que estejam reconciliadas (ou, no mínimo, apaziguadas).

É no limite vertical que se acentua a nova linguagem e a mu-

¹² mais conhecido como Capoto

dança de estilo (em função da evolução das opções estéticas com o tempo), mas é no horizontal que a evolução construtiva se põe em evidência.



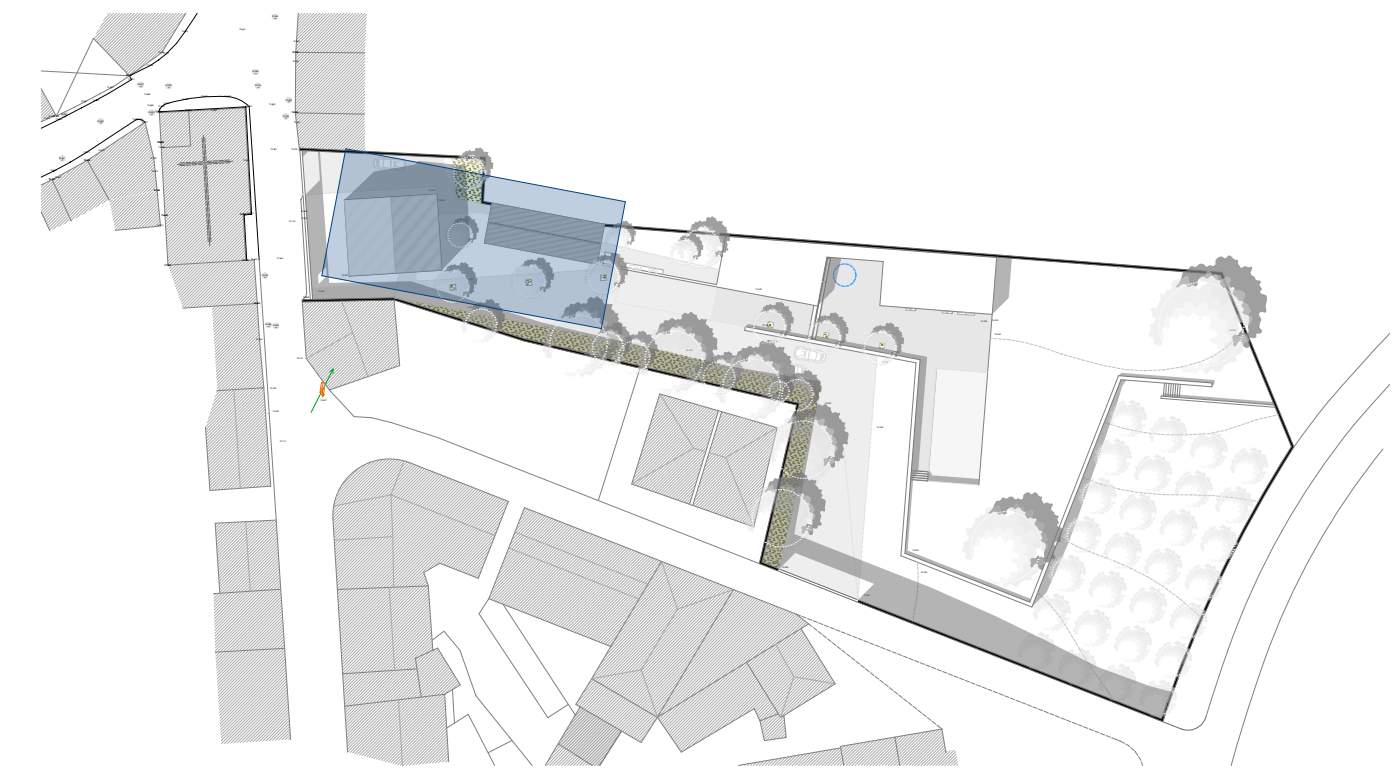
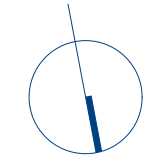
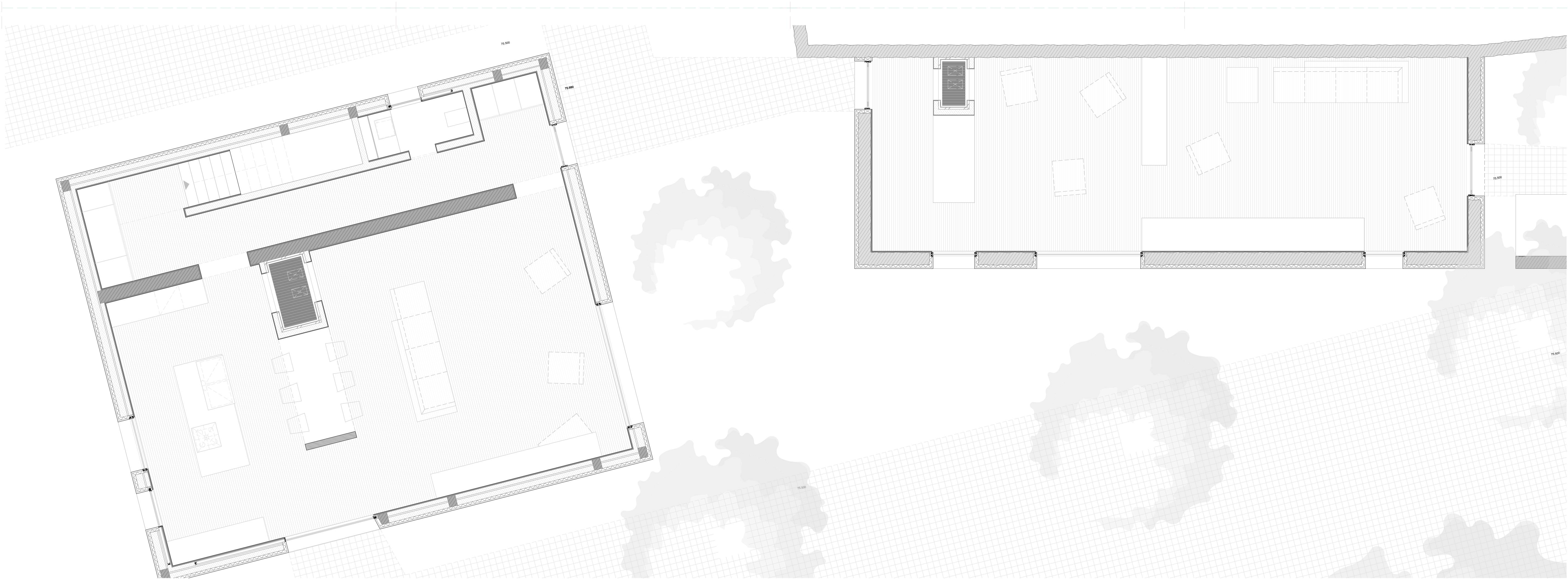
fotomontagem da proposta
realizada para uma casa em
Mourisca do Vouga

II.2.6. A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

O trabalho começa pela tentativa de caracterizar o que é o habitar, sendo claro que é o espaço aquele que permite fazê-lo com êxito. Sem espaço não existiria habitar.

A necessidade de criar um espaço e um discurso coerentes, ao longo de todo o terreno e nos volumes edificados, foi uma das principais preocupações deste trabalho. Assim, dada a extensão e complexidade das formas criadas, e na procura de melhor controlar a proposta, reduziu-se ao máximo a diversidade dos materiais a usar. Partindo sempre de um reconhecimento de símbolos e ambiências específicos, a convocar o entendimento instintivo, dos utilizadores, daquilo que é - mais do que uma casa – um referencial da memória (já formada ou em formação) para a coesão familiar, manteve-se, tanto a estrutura de madeira dos telhados existentes, como a expressão e ritmo das telhas que os compõem. Por outro lado, também se procurou evidenciar que esta intervenção se tratava da recuperação de dois volumes, optando pela aplicação, na fachada, de um material pouco invasivo, de forma a que se entenda a sua aplicação sobre algo existente, como se tratássemos de vestir à moda de hoje uma casa do passado, o que justifica a aplicação de um sistema *etics*. A opção por este material deve-se ao facto de nos permitir uma leitura de um volume contínuo (sem a marcação de uma estereotomia de materiais, como placagens de pedra ou as cofragens de betão à vista), de maneira a acentuar a simplicidade das formas geométricas em confronto com a paisagem orgânica que as envolve.

Já os espaços de lazer - biblioteca e outras zonas de convívio - dada a sua natureza e uma vez que se trata de pontos específicos do programa desta casa de férias, procuram um maior contacto com a

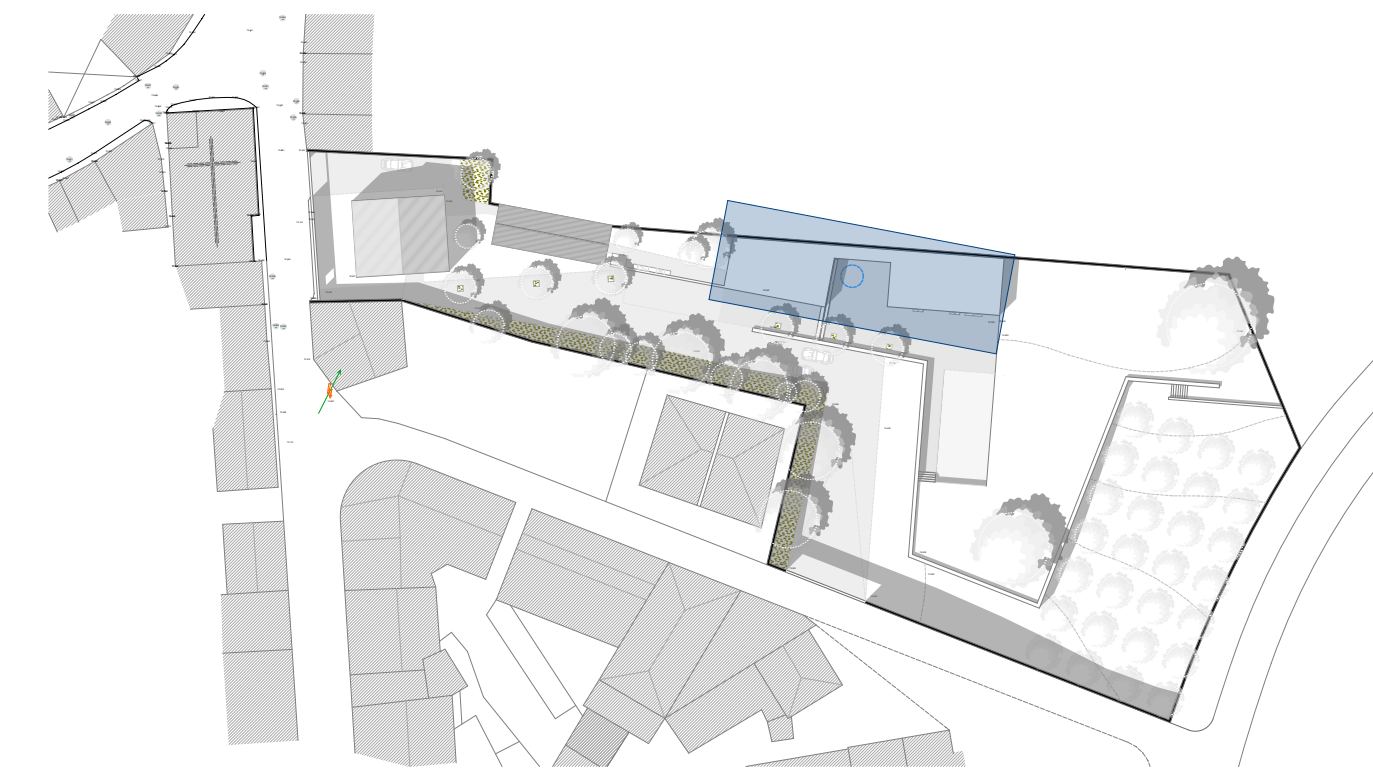
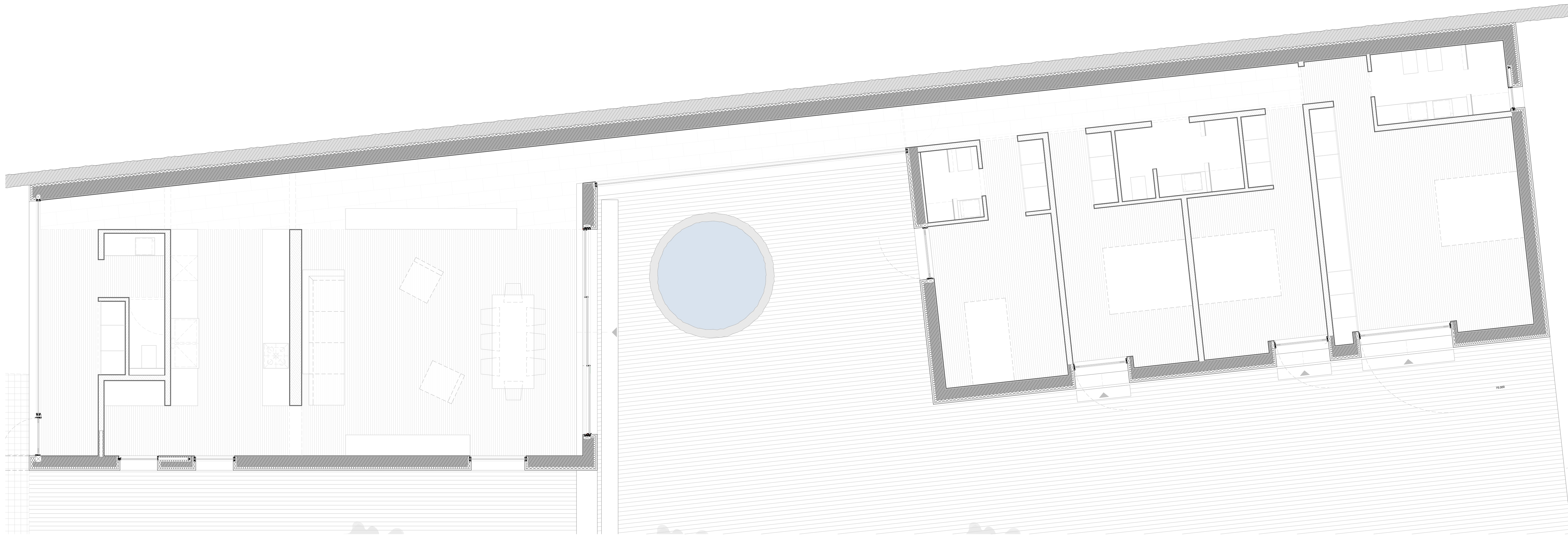
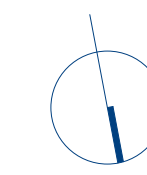


natureza e o espaço rural. O facto de que este espaço de refrigério se dê em Mourisca do Vouga, uma vila cujas raízes providenciam a seiva de uma cultura rural, cria o mote para que a caracterização dos espaços que distinguem esta casa esteja directamente relacionada com esta mesma realidade. Desta forma, no caso da biblioteca, procurou-se preservar o muro de pedra que serve, simultaneamente, a estrutura do volume e o limite do terreno e, no espaço exterior que a confronta (ou melhor, que com ela se assimila), criou-se um espaço de união familiar e de refeições, em relação directa com a paisagem agrícola redesenhada. De todos estes espaços é evidente a leitura do novo e do antigo, bem como de todos os elementos orgânicos e construídos que compõem a proposta.



fotomontagem da proposta
realizada para uma casa em
Mourisca do Vouga

Pequenas mudanças de direcção e quebras nos volumes, na procura de uma adaptação ao terreno, criam alguma tensão entre eles, de forma a conferir diferentes dinâmicas, de maior ou menor exposição à paisagem, proporcionando variados momentos de luz em consonância com a natureza dos espaços, sejam estes comuns ou privados. Assim, as entradas de luz também são variadas, pela

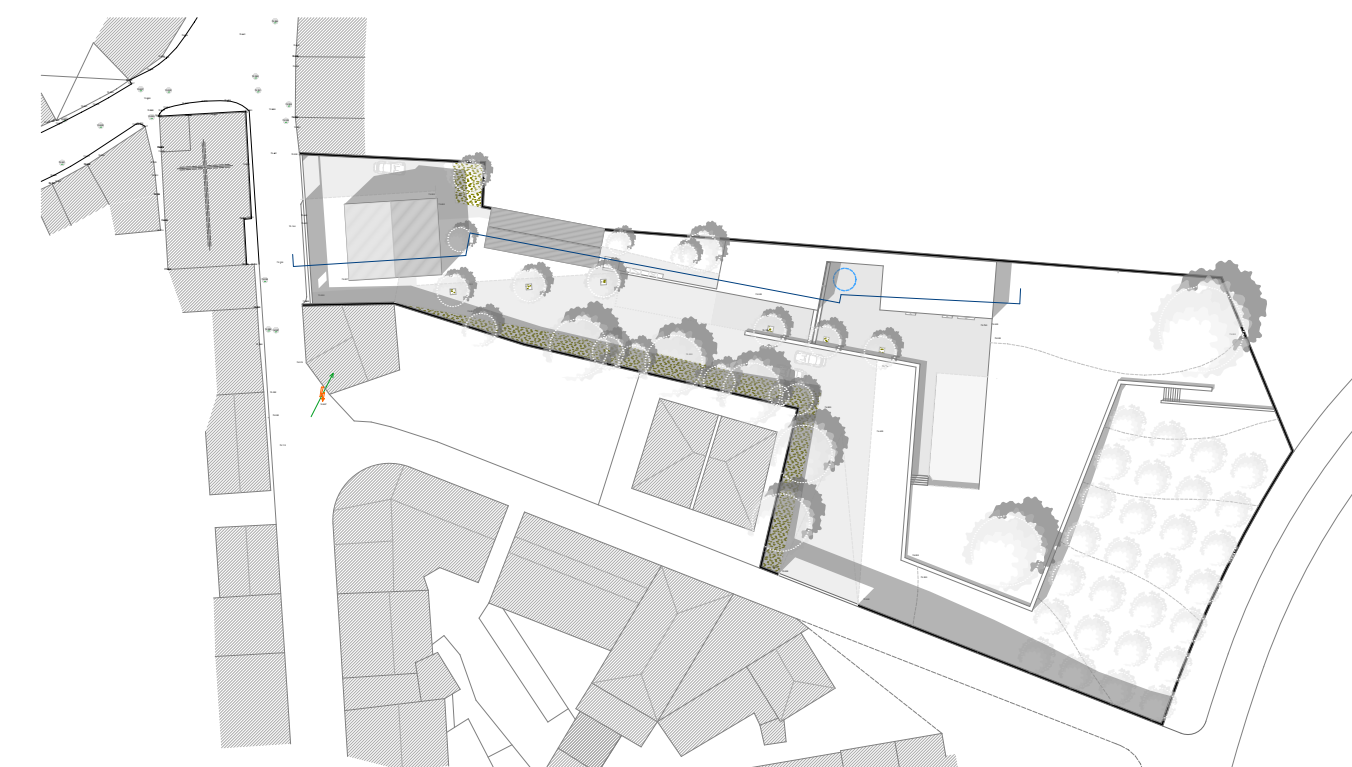
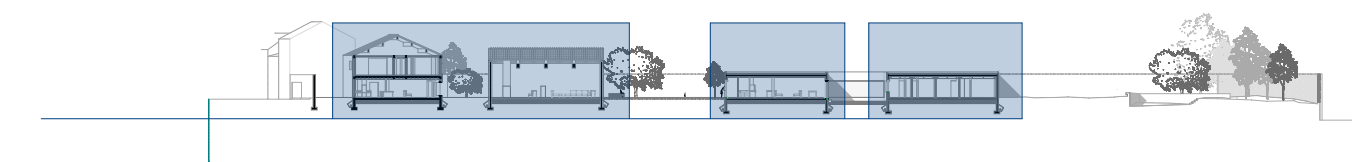
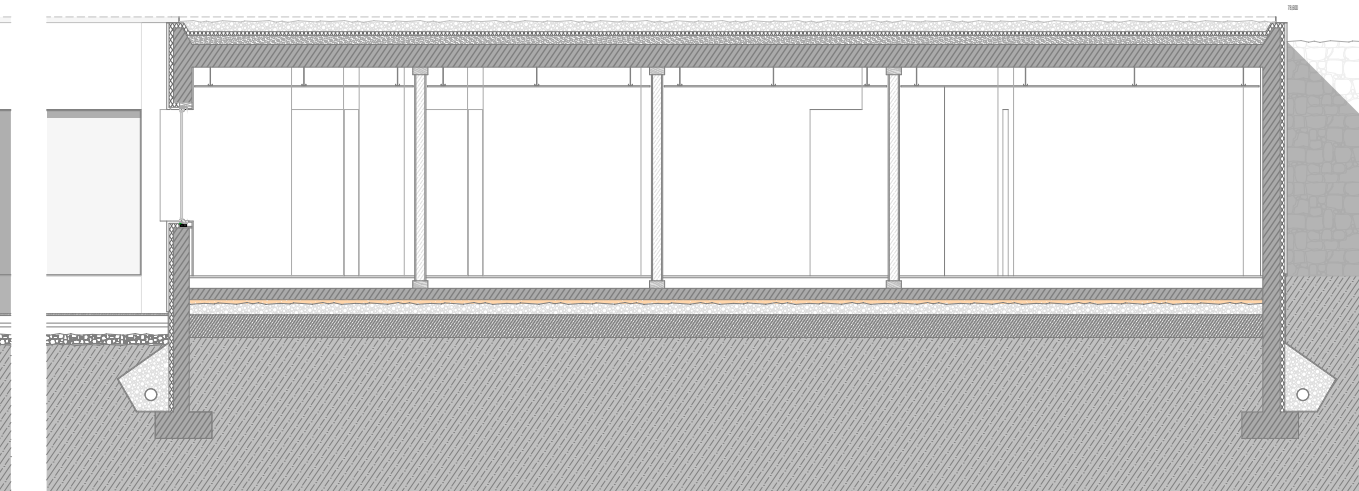
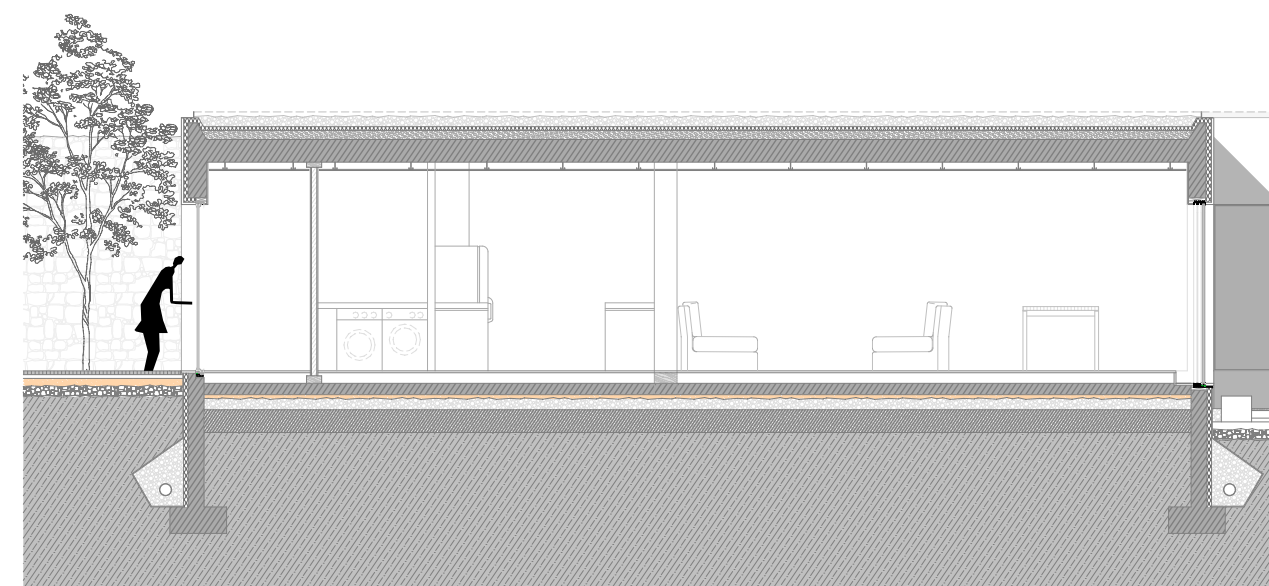
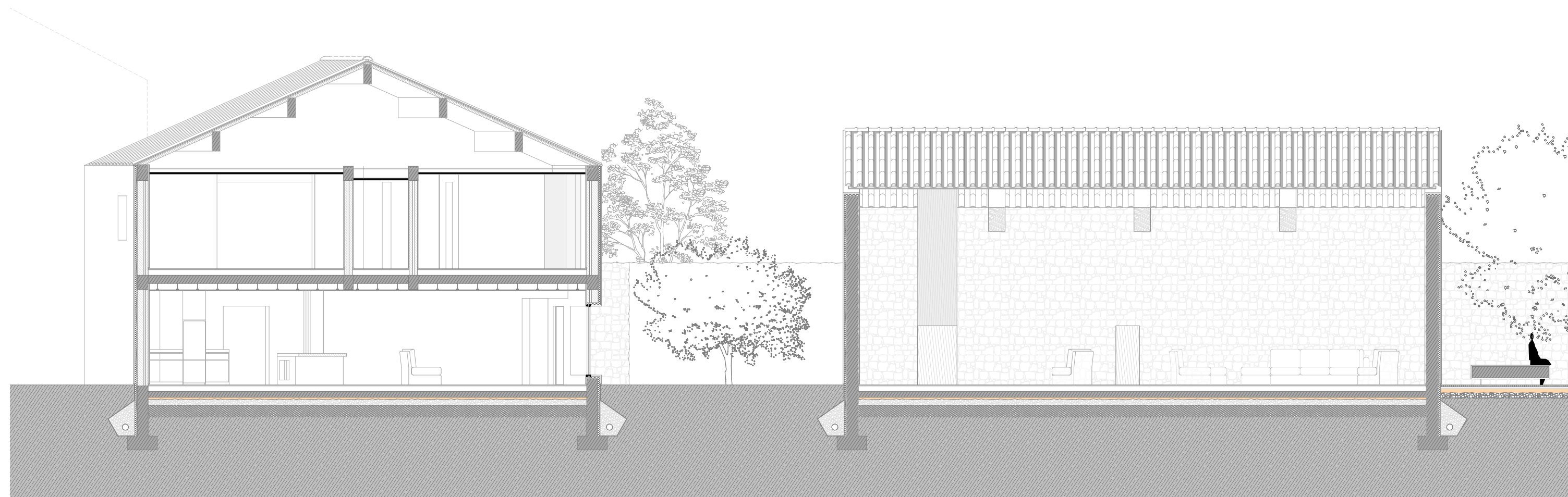


criação de um ritmo de três aberturas de diferentes dimensões nas zonas comuns e, a servir os espaços privados (quartos) - um vão que se repete ao longo de toda a proposta. O alçado denota uma mesma linguagem em toda a sua extensão, numa tentativa de não deixar entender o programa a que corresponde cada abertura. No entanto, através das relações e dimensões criadas, é possível antever a localização de programas/espços semelhantes, perante uma configuração semelhante das aberturas de luz.

De forma explícita, é na sala de estar do novo volume construído (C), que se remete ao imaginário íntimo familiar, uma vez que, deste espaço, se podem apreciar as duas realidades em confronto directo, em particular pelo contraste entre o seu interior moderno e confortável e poço original, de fornecimento adicional de água à casa e à horta e, futuramente, à piscina - tão desejada por parte dos habitante urbanos que aqui procuram algum conforto e reequilíbrio mental e físico. Uma metáfora entre as necessidades de dois tempos e espaços diferentes.

Uma vez que a estratégia de intervenção, neste terreno, tem subjacente a relação entre o urbano e o rural e estratégias de incentivo à socialização (ou, pelo contrário, retiro), numa realidade alheia ao quotidiano do habitante, toda a proposta procura um jogo e ritmo entre “Ver *vs* Ser Visto”, havendo um claro confronto entre os espaços de exposição e de introversão, definindo o uso da casa ou das relações familiares que nela se espera evoluírem de forma harmónica.

O espaço exterior é assim a excepção, o desenho através do vazio, no qual deverão convergir todas a relações pessoais que a casa pretende proporcionar e, desta forma, permitir-nos verificar, ou refutar, a eficácia da proposta elaborada sob as premissas teóricas que se apresentam ao longo deste trabalho.



III. CONCLUSÕES

Na elaboração do projecto de reconversão de uma propriedade rústica, foram assumidas, como primordiais, a conciliação dos objectivos expressos (e subentendidos no processo de avaliação dos mesmos) com as nossas próprias opções estéticas (informadas no estudo rigoroso do contexto sócio-geográfico e arquitectónico em que o projecto se insere) e filosóficas (informadas no estudo das “referências” gerais e específicas mais relevantes).

Concretamente:

- As preocupações de preservação da unidade e identidade familiar encontram-se resolvidas numa diversidade de pormenores (que fazem apelo ao imaginário primordial da família), entre os quais se destacam a preservação dos volumes originais (com uma nova “roupagem” onde se reflecte uma estética actual integrada na envolvente) e a valorização dos elementos construtivos tradicionais, correlacionados com a vivência em meio rural (em particular o poço e o forno de lenha);
- Esta mesma solução é reiterada na leitura interna dos espaços dos volumes originais;
- Dada a insuficiência dos espaços habitacionais existentes, para responder às necessidades de ocupação simultânea dos diferentes núcleos familiares que integram esta família, foi criado um novo espaço habitacional, onde se privilegia uma estética contemporânea, que se compatibiliza com a subjacente pela integração dos muros de pedra, de delimitação da propriedade, na própria estrutura dos novos volumes.
- A conciliação desses novos volumes (concebidos, numa sequência horizontal) com a ambiência global da propriedade é, ainda, afirmada numa abordagem mimética, pela sua delimitação por um

muro que conforma uma fachada comum, onde as diferentes funcionalidades se adivinham pela alternância de vãos.

- O reforço da coesão familiar, no reencontro periódico (em particular nos períodos, mais alongados, de férias) é estimulado pela criação de diversificados espaços interiores e exteriores de convívio;

- Em contrapartida, as opções de recolhimento individual são preservadas pela demarcação intransigente dos espaços íntimos;

- As preocupações de ordem cultural concretizam-se na projectada biblioteca (apelando, igualmente, a um convívio mais particularizado e/ou de carácter mais convencional);

- O reforço das opções lúdicas é plasmado, particularmente, na implantação de uma piscina e espaço relvado envolvente;

- A fruição do ambiente paisagístico interno é viabilizada, de uma forma ubíqua e abrangente, pela imposição de um eixo longitudinal que aponta, sem obstáculos, para a zona horto-frutícola e florestal da propriedade;

- A afirmação deste eixo é reforçada pela definição de um trajecto mais ou menos linear, com a mesma direcção, cuja identidade é definida por uma demarcação subtil no confronto com a zona arbórea onde aquele eixo termina, através de uma actuação na topografia do terreno, que prefigura um pequeno *plateaux* onde se implanta a piscina);

- A opção por uma maior reserva de recolhimento, ou privacidade (face a entradas tardias ou em dias de convívio extra familiar), para o núcleo habitacional, junto à entrada actual, foi resolvida pela criação de um novo acesso à propriedade, no lado Sul;

- Para resolução do problema da entrada prevista para o lado Sul, a continuidade do muro de pedra (que delimita a propriedade na sua quase totalidade) apenas é alterada por elevação do troço

onde se localiza a nova entrada por forma inserir o respectivo portão na lógica de vãos definida para o todo, e que também se revela para o exterior nos volumes proeminentes.

- Ainda com o objectivo de harmonização do todo privado com o espaço público, o actual pequeno muro (a poente), encimado por uma vedação de ferro, e apenas interrompido pela entrada única para a propriedade, é elevado até ao nível da casa térrea que lhe fica adjacente, a Sul, e da parede do piso inferior da casa de dois pisos que lhe fica adjacente, a Norte, nele se definindo três vãos (ainda na mesma lógica assumida para o todo), de acordo com as respectivas funcionalidades e em consonância com as fachadas adjacentes, por forma a evidenciar uma continuidade com as mesmas.

Em suma, julgamos atingido o objectivo (sempre polémico e nem sempre conseguido) de uma alteração introduzida no universo privado não se ter constituído como elemento intrusivo no espaço público, antes pelo contrário, valorizando-o.

Estas conclusões de carácter premonitório, no entanto, apenas poderão ser confirmadas na obra acabada, muito embora o cuidado que foi dedicado à antevisão, no próprio local, do efeito de todos os elementos adicionais de intervenção, lhes garanta um razoável grau de aproximação a uma realidade, que ansiamos que se concretize a curto prazo.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA:

1. Textos “habitação /habitar”

HAYS, Michael. Ed. - *Architecture Theory since 1968*. [New York] : The MIT Press. 2000

NESBIT, Kate. Ed. - *Theorizing a new Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*. [New York] : Princeton Architectural Press. 1996

OCKMAN, Joan - *Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology*. [New York] : The Trustees of Columbia University of New York e Rizzoli International Publications, Inc. 1996

2. Textos gerais “habitar”

GALFETTI, Gustau Gili - *Casas Refugio (Private Retreats)*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A. 1995

MELGREJO, María - *Nuevos Modos de Habitar*. [Valencia] : COACV. 1996

SALAZAR, Jaime / GAUSA, Manuel - *Single-Family Housing, The Private Domain*. [Barcelona] : Actar

3. Arquitetura popular portuguesa

AFONSO, João. Ed. - *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IA-PXX*. [Lisboa] : Ordem dos Arquitectos. 2006

BARATA, Martins - *Arquitetura Popular Portuguesa*. : Correios e Telecomunicações de Portugal. 1989

BARROS, Fernando Manuel Cerqueira - *Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda*. [Porto] : Prova Final orientada por Rui Pinto, FAUP. 2010 / 11

LEAL, João - Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português. [Porto] : Fundação Marques da Silva. 2009

3. Outros

ÁBALOS, Iñaki - A boa-vida. Visita guiada às casas da modernidade. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A. 2003

BACHELARD, Gaston - A Poética do Espaço. [São Paulo] : Martins Fontes. 1998

BONNENFANT, Paul - SANAA *Architecture Domestique et Société*. [Paris] : CNRS Éditions. 1995

FARMER, Ben / LOUW, Henti - *Companion to Contemporary Architectural Thought*. [Londres] : Routledge Inc. 1993

NORBERG-SCHULZ, Christian - *GENIUS LOCI. Towards a Phenomenology of Architecture*. [Nova Iorque] : Rizzoli International Publications, Inc. 1980

NORBERG-SCHULZ, Christian - *Intentions in Architecture*. [Oslo] : Allen & Unwin. 1966

NORBERG-SCHULZ, Christian - *Nuevos caminos de la arquitectura. Existencia, Espacio y Arquitectura*. [Barcelona] : Editorial Blume. 1975

RASMUSSEN, Steen Eiler - *La experiencia de la arquitectura : sobre la percepción de nuestro entorno*. [Barcelona] : Reverté. 2004

RASMUSSEN, Steen Eiler - Viver a arquitectura. [Casal de Cambra] : Caleidoscópio. 2007

SOLÁ-MORALES, Ignasi - *Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea*. [Barcelona] : Editorial Gustavo Gili, S.A.

